



Relatório da Administração 2016

Senhores Acionistas

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Claro S.A. ("Claro " ou "Companhia") submete à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Instituições Financeiras e à Sociedade em geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

1 - Introdução

A Claro S.A., é uma Companhia de capital fechado, sediada em São Paulo, constituída em 7 de abril de 1992. A Companhia é controlada indiretamente pela América Móvil S.A.B. de C.V. ("América Móvil"), uma sociedade organizada e existente de acordo com as leis do México.

A Companhia, através de suas controladas diretas, explora serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por assinatura e outros serviços em nível nacional e internacional, bem como exploração de capacidade satelital, sendo todos estes negócios regulamentados pela Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL").

A Companhia detém controle direto, principalmente, das seguintes controladas:

- Star One S.A. ("Star One") – é a principal empresa brasileira provedora de capacidade satelital.
- Primesys Soluções Empresariais S.A. ("Primesys") - empresa que presta serviços especializados de circuito e de rede de telecomunicações.
- Telmex do Brasil S.A. ("Telmex do Brasil") – empresa que presta serviços de comunicação de dados e de internet.
- BrasilCenter Comunicações Ltda. ("BrasilCenter") - operadora de *call Center*.
- Reyc Comércio e Participações Ltda. ("Reyc") – principal empresa que atua na importação e venda de equipamentos.

- Net Brasil Serviços de Televisão por Assinatura S.A. (“Net Brasil”) – empresa que atua na representação e locação de produtos e acessórios nacionais e estrangeiros inerentes à televisão por assinatura, a intermediação, por conta própria ou alheia, de programação, comerciais, projetos de patrocínio e procedimentos de mídia e venda de espaços comerciais e exploração de canais relacionados a televisão por assinatura.
- iMusica S.A. (“Imusica”) - atua como provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música do Brasil e do mundo, desenvolve plataformas de gestão e distribuição de música e realiza projetos de *music branding* para grandes marcas.
- Brasil Telecomunicações S.A. (“BRTel”) - empresa que opera no mercado de televisão por assinatura e internet banda larga.

Cenário Econômico

O ano de 2016 foi um dos mais desafiadores da história do Brasil. A desorganização política e o nível de instabilidade do país causado pelo impeachment da Presidente da República, prisões de políticos e empresários, alto nível de desemprego, falência de empresas, inadimplência e falta de lideranças políticas afetaram o ambiente de negócios de todos os setores da economia.

Os indicadores de atividade econômica em 2016, revelaram-se piores do que o previsto por analistas de mercado.

A taxa básica de juros encerrou 2016 a 13,75%, comparado a 14,25% de 2015, e a taxa de câmbio da moeda norte-americana encerrou 2016 cotada a R\$3,2591, 16,54% abaixo da taxa do encerramento de 2015 que foi de R\$3,9048.

2 – Desempenho Operacional

Em 2016, a Companhia, através de suas controladas, manteve a estratégia de crescimento, focada na qualidade dos serviços oferecidos.

Telefonia Celular, Serviços e Produtos

Ao final de 2016, com a expansão das tecnologias 3G e 4G, a Companhia e suas controladas atingiram - 3.085 cidades e 88,8% da população do Brasil com tecnologia 3G e 602 cidades com tecnologia 4G.

A rede GSM da Claro cobre mais de 4.103 cidades e 95% da população do Brasil.



A Claro foi considerada a operadora líder em velocidade 3G e 4G no País, segundo o relatório *State of Mobile*, publicado pela consultoria *OpenSignal*, empresa britânica especializada em monitoramento de cobertura móvel.

Segundo o levantamento, a média de velocidade 4G oferecida pela Claro é de 27,45 Mbps e a do 3G é de 3,91 Mbps.

O levantamento foi feito entre os meses de setembro e novembro de 2016, a partir de dados coletados com quase 40 mil usuários em todo o País.

Os dados reforçam o compromisso de nossa empresa com o investimento constante no País.

Serviços de dados e banda larga

A Claro é um dos principais fornecedores do Brasil de serviços de comunicação de dados, servindo a uma base de clientes que inclui a maioria das 500 maiores corporações do Brasil, sendo também o principal fornecedor de serviços de internet banda larga, para clientes residenciais. Os serviços de transmissão de dados incluem o arrendamento de linhas de dados de alta velocidade para empresas e para outros provedores de telecomunicações, satélite de transmissão de dados, serviços de internet, de transmissão de dados por comutação de pacotes, frame-relay, computação em nuvem, data centers, telepresença e sistemas de tratamento de mensagens.

Em 31 de dezembro de 2016, os serviços de banda larga e dados e de acesso a internet via cabo para o mercado residencial, tinha aproximadamente 8,4 milhões de UGRs, em comparação com 7,9 milhões em 31 de dezembro de 2015.

A Anatel informou, em seu relatório de janeiro de 2017, que foram registrados no País 84 mil novos acessos de banda larga em novembro de 2016. O serviço aumentou 5,06% nos últimos doze meses e alcançou 26,721 milhões de acessos.

Além disso, o número de contratos de serviço banda larga fixa no Brasil cresceu 0,32% em novembro de 2016, em relação ao mês anterior. Nos últimos doze meses, também foram contabilizados 1.286.277 assinaturas.

O Grupo América Móvil no Brasil, com NET, Claro e Embratel, segue na liderança desse segmento com 8,45 milhões de acessos.



Telefonia Fixa, Serviços e Produtos

A telefonia fixa convencional que permite ao usuário fazer chamadas locais, de longa distância e internacionais para qualquer telefone, encerrou 31 de dezembro de 2016, com cerca de 12,182 milhões de linhas, em comparação com 12,550 milhões em 31 de dezembro de 2015, e está disponível em todo o território nacional.

A rede de cabos submarinos da Claro atinge todos os continentes através de 9 diferentes sistemas, para fornecer serviços de telecomunicações.

Para completar a sua rede, a Claro utiliza sistemas de microondas de longa distância, em áreas onde a instalação de cabos de fibra ótica é difícil, e sete satélites para fornecer serviços para locais remotos no interior do país.

Também oferece serviços de telefonia local para seus clientes residenciais Claro Fixo via tecnologia sem fio CDMA.

A Companhia encerrou 2016 com mais 142.102 quilômetros de cabos que passam por cerca de 25,8 milhões de casas.

TV por assinatura

A Claro é o provedor líder de serviços de TV a cabo por assinatura para clientes residenciais no Brasil. Em 31 de dezembro, 2016, a Companhia tinha aproximadamente 9,9 milhões de clientes nos 5.571 municípios do Brasil e em 193 localidades cabeadas, incluindo o Rio de Janeiro e São Paulo. Entre outros, oferecemos Pay-TV e Pay-Per-View, programação sob a marca NET, TV por assinatura digital sob a marca NET Digital e de alta definição ("HD") sob a marca NET Digital HD MAX, bem como de vídeo digital gravador, serviços interativos e vídeo-on-demand. A Companhia é também a única operadora de TV por assinatura no Brasil a transmitir conteúdo em HD 3D.

A Claro oferece pacotes integrados de serviços, incluindo serviços quinto-play, que combinam Pay-TV, internet banda larga, serviços de telefonia móvel e serviços de telefonia fixa.



Satélites de Comunicações

A Companhia atua no mercado satelital de duas formas, com o fornecimento de soluções de telecomunicações completas diretamente aos seus clientes (circuitos para dados e voz, internet e televisão) e através da controlada Embratel Star One fornecendo capacidade satelital para diferentes aplicações como televisão (banda C e banda Ku), redes em banda larga e telefonia, no âmbito do Brasil e América Latina.

Em julho de 2015 foi lançado o Star One C4, equipado com 48 *transponders* de alta potência em Banda Ku. Ao final de 2016 este satélite já estava com toda sua capacidade ocupada ou reservada, atendendo os serviços Claro de DTH no Brasil, Panamá, República Dominicana, Costa Rica, Honduras, Guatemala, El Salvador e Nicarágua, assim como serviços relacionados às redes Claro de 3G e 4G no Brasil e no Chile.

Em dezembro de 2016 foi lançado com sucesso o satélite Star One D1, o maior satélite já construído pela Embratel Star One, cobrindo toda América do Sul, América Central e México, equipado com *transponders* em Banda C (América do Sul), Banda Ku (três coberturas) e pioneiro no uso da banda Ka (Brasil). Operacional e comercialmente disponível a partir do primeiro trimestre de 2017 o D1 inaugura a quarta geração de satélites, designada como Família D, e complementa a frota já composta por oito satélites em órbita (Star One C1, C2, C3, C4, C12, Brasilsat B2, B3 e B4).

O alcance das novas coberturas dos satélites Star One C4 e D1 refletem a visão da empresa em expandir negócios de provimento de capacidade satelital em toda a América Latina fortalecendo o posicionamento da Embratel Star One como a maior Operadora Regional Latino-Americana.

Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016

A Claro foi patrocinadora e fornecedora oficial de serviços de telecomunicações dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, considerado o evento esportivo mais conectado e o mais compartilhado de todos os tempos, graças à disponibilização de uma infraestrutura robusta, de alta qualidade e compatível com a grandiosidade do evento.

Foram mais de 100.000 horas de imagens de TV, dezenas de bilhões de minutos de vídeos e de streaming ao vivo transmitidos para 5 bilhões de pessoas de cerca de 200 países. Um volume total de tráfego nas redes fixa e móvel quase três vezes o volume registrado nos Jogos Olímpicos Londres 2012. Com a maior rede já disponibilizada para um único evento, com altíssima disponibilidade na transmissão de dados e de imagens.



A Administração da Companhia, assim como seus colaboradores e parceiros, se orgulham de ter contribuído para o sucesso deste grandioso e histórico evento no país.

3 – Setor de Telecomunicações

Regulatório

A Companhia, através de suas controladas, desenvolve atividades sujeitas à regulamentação e fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

Ao longo de 2016 foram promovidas algumas inovações regulamentares, dentre as quais destacamos a publicação do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências e Regulamento Geral de Acessibilidade em Serviços de Telecomunicações de interesse coletivo.

A Companhia envidou máximos esforços no atendimento das obrigações regulatórias, tendo, ao final de 2016, um total de 1.700 telefones de uso público (TUPs) ativados em atendimento ao disposto no contrato de concessão e no Plano Geral de Metas para Universalização (PGMU).

4 - Governança Corporativa - 2016

Governança Corporativa é a execução de uma gestão empresarial que respeita os interesses de todos os públicos que se relacionam com a companhia e suas controladas, particularmente seus acionistas. Para isso, a Claro Telecom dispõe de instrumentos normativos, como Estatuto Social, Políticas, Normas, Atas de Reunião e Código de Ética, entre outros, que estabelecem os principais critérios de decisão da Diretoria e permitem ao público acompanhar o processo decisório de forma transparente.

- Atendimento a Lei Sarbanes Oxley (“SOX”) - a companhia mantém um elevado nível dos controles internos e, na condição de investimento relevante da América Móvil, suporta o acionista controlador, que é listado na NYSE, no cumprimento das exigências da Lei SOX. Em 2016, encontravam-se levantados e revisados os processos relevantes, tendo sido processadas as melhorias e correções necessárias. A Administração da Claro Telecom avalia que a aplicação das exigências da SOX traz relevantes benefícios aos negócios, à medida que contribuiu para a sedimentação da cultura de controles internos.

- Conselho de Administração – é composto por 7 membros, todos eleitos em Assembleia Geral.

· Código de Ética – implantado em 2005 e revisado em 2014, o Código reflete a expressão do compromisso empresarial com os mais altos níveis éticos de desempenho e conduta organizacional. Missão, visão, valores e princípios integram o Código, que descreve os comportamentos alinhados aos objetivos e ao modelo de gestão da empresa. O Código de ética também está alinhado com a Lei Brasileira Anticorrupção nº 12.846/2013 e a Lei Americana Anticorrupção FCPA. O Comitê de Ética se reúne periodicamente para avaliar as questões éticas levantadas.

5 - Investimentos

Investimentos no País

A companhia possui gestão comprometida com a alta qualidade dos serviços focando sempre na inovação e no desenvolvimento tecnológico. Em 2016, a Companhia, investiu R\$6.511 milhões.

A maior parcela dos investimentos foi direcionada para atender a investimentos em infraestrutura de rede e TV por Assinatura. Os outros investimentos relevantes foram direcionados para atender acessos infraestrutura e serviços locais, satélites, serviços de dados e internet, tecnologia da informação e *call center*.

Em R\$ Milhões	2016	
Infraestrutura de Rede	3.440	52,8%
TV por Assinatura	1.351	20,8%
Acesso, Infraestrutura e Serviços Locais	116	1,8%
Satélites	263	4,0%
Serviços de dados e Internet	690	10,6%
Outros (Incluindo TI e Call Center)	651	10,0%
TOTAL	6.511	100,0%

6 - Desempenho Financeiro

Demonstração de Resultado Consolidado R\$ milhões	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	Δ%	2016	2015	Δ%
Receita líquida	31.415,6	32.838,1	-4,3%	32.478,8	33.695,4	-3,6%
Custos e despesas	(23.062,7)	(23.684,7)	-2,5%	(23.436,0)	(23.949,4)	-2,1%
EBITDA	8.352,9	9.153,4	-8,7%	9.042,8	9.746,0	-7,2%
Margem EBITDA	26,6%	27,9%	(1,3) p.p.	27,8%	28,9%	(1,1) p.p.
Equivalência patrimonial	272,7	150,7	80,9%	(0,0)	(1,0)	-95,1%
Depreciação e amortização	(7.099,9)	(6.857,5)	3,5%	(7.406,2)	(7.063,6)	4,9%
EBIT	1.525,7	2.446,6	-37,6%	1.636,6	2.681,4	-39,0%
Resultado financeiro	(3.765,3)	(7.278,3)	-48,3%	(3.766,5)	(7.418,3)	-49,2%
Resultado antes de Impostos	(2.239,6)	(4.831,7)	-53,6%	(2.129,9)	(4.736,9)	-55,0%
Imposto de renda e contribuição social	741,6	1.198,9	-38,1%	632,1	1.104,4	-42,8%
Prejuízo líquido	(1.498,0)	(3.632,8)	-58,8%	(1.497,8)	(3.632,5)	-58,8%

O resultado financeiro melhorou consideravelmente em 2016 no comparativo ao ano anterior, substancialmente em função da redução do impacto negativo da variação cambial.

7 - Responsabilidade Social

Instituto NET Claro e Embratel e Responsabilidade Social Corporativa

A Responsabilidade Social promove em seus programas o engajamento, a reputação externa da marca e a transformação social, fazendo dos participantes protagonistas de suas vidas nas comunidades onde moram.

E por acreditar que os projetos desenvolvidos vêm contribuindo para o desenvolvimento do País a NET, a Claro e a Embratel lançaram campanha institucional única com o lema “Investindo num amanhã gigante” para falar sobre os projetos de Educação, Cultura e Cidadania promovidos pelo Grupo América Móvil no Brasil.

A ação faz parte da diretriz do grupo para gestão corporativa voltada aos três pilares: Educação (promovendo conhecimento), Cultura (inspirando histórias) e Cidadania (desenvolvendo pessoas).

Pensando nisso, a comunicação da campanha traz o lema “Investindo num amanhã gigante”.

O Instituto NET Claro Embratel, mantido pela Claro e Star One, tem como missão aliar as tecnologias da informação e da comunicação à educação e ao desenvolvimento social. A organização é o resultado da união realizada em setembro de 2013 entre o Instituto Embratel (criado em abril de 2001) e o Instituto Claro (aberto em junho de 2008).



Alinhada à premissa do Grupo América Móvil em ser uma organização que impacte positiva e permanentemente as comunidades que atende e das quais faz parte, o Instituto NET Claro Embratel atua em atividades que favorecem o desenvolvimento social, cultural e educacional. Além disso, apoia o desenvolvimento integral das comunidades, estabelece parcerias com institutos e fundações que se dedicam ao desenvolvimento sustentável das regiões brasileiras e proporciona acesso à internet a cada vez mais pessoas.

O Instituto NET Claro Embratel é qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pelo Ministério da Justiça. Também é reconhecido pelo Departamento de Informação Pública das Nações Unidas (DPI/ONU) como uma organização não governamental corporativa que promove os ideais e princípios sustentados pela Carta das Nações Unidas.

Meio Ambiente

Em 2016, a sustentabilidade esteve presente na estratégia da Claro e suas controladas, evidenciando pelo compromisso da empresa com o meio ambiente e as comunidades onde atua. A área de sustentabilidade vem auxiliando na avaliação dos estudos das áreas utilizadas para a expansão da infraestrutura do Grupo América Móvil.

Prêmios e Reconhecimentos de 2016

- *Ranking Benchmarking Ambiental Brasileiro* – O Instituto NET Claro Embratel foi o 10º colocado entre as melhores Práticas da Gestão Socioambiental Brasileira na edição de 2016 do Ranking Benchmarking com o case “Rede + Criança”.
- NET Educação foi reconhecido e premiado pela 15ª Edição do Prêmio Marketing Best Sustentabilidade que tem o objetivo de estimular, reconhecer, premiar e difundir os exemplos de ações empresariais sustentáveis.
- O projeto Educonex@o foi o vencedor do Prêmio ARede Educa 2016 na categoria Formação de Professores/Sociedade Civil.
- O projeto Naves do Conhecimento, que conta com a parceria do Instituto NET Claro Embratel, foi premiado em Ohio, EUA, como “2016 ICF Visionary of the Year Award”.
- Parceria WWF – A Claro renovou sua parceria com a ONG WWF no Brasil permanecendo como membro do Clube Corporativo. O Clube foi desenvolvido com o objetivo de criar uma rede de organizações alinhadas com o princípio da responsabilidade socioambiental corporativa e com temas relevantes para o mercado e para a sociedade.



8 – Recursos Humanos

As pessoas são o maior ativo do negócio Claro. Por isso, o processo de desenvolvimento de Recursos Humanos deve ser compreendido como parte integrante do seu modelo de gestão. Todo investimento e esforço organizacional em torno deste tema têm como objetivo assegurar, no presente e no futuro, a disponibilidade de talentos preparados e comprometidos com os constantes desafios que a dinâmica do próprio negócio apresenta, com sua cultura e visão estratégica.

Cabe à área de Recursos Humanos assegurar a melhoria da produtividade e da performance por meio da promoção contínua da inovação e do desenvolvimento de nossos colaboradores, conhecendo-os, capacitando-os, expandindo seu potencial através de programas de treinamento e desenvolvimento, e, por fim, proporcionando-lhes um bom clima organizacional, que resulte em satisfação por pertencerem à companhia.

Agradecimentos

Agradecemos a todos com quem nos relacionamos durante o ano, em especial a confiança de nossos clientes, o trabalho profissional e dedicado dos funcionários de todas as empresas controladas por esta Companhia, o apoio dos acionistas, dos governos, dos nossos fornecedores e a parceria de toda a comunidade. Juntos “Investindo num amanhã gigante”!

A Administração

Demonstrações Financeiras

Claro S.A.

31 de dezembro de 2016
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras

Claro S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	1
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e controladas.....	10

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Claro S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Claro S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Claro S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Marques
Contador CRC-1SP147693/O-5

Claro S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	31.651	470.780	50.507	533.531
Títulos e valores mobiliários	5	543.813	14.932	-	-
Contas a receber, líquido*	6	5.125.427	5.487.584	5.321.041	5.569.647
Partes relacionadas *	16	1.645.899	1.660.433	1.446.821	1.367.592
Estoques	7	497.261	471.825	524.132	507.573
Tributos a recuperar, líquidos	8.1	550.483	1.113.327	616.263	1.228.731
Outros ativos		367.045	416.201	419.734	457.164
		8.761.579	9.635.082	8.378.498	9.664.238
Não circulante					
Tributos a recuperar, líquidos	8.1	1.459.758	1.061.262	1.495.788	1.091.176
Tributos diferidos, líquidos	8.2	7.456.633	6.614.352	7.588.621	6.748.256
Depósitos judiciais	15	2.880.539	2.692.458	2.900.536	2.710.022
Partes relacionadas	16	40.087	132.070	-	92.093
Outros ativos		174.296	179.398	190.107	195.630
Investimentos	9	2.632.341	2.136.626	22	71
Imobilizado	10	26.603.186	27.578.073	30.011.014	30.912.193
Intangível	11	10.891.153	11.040.818	11.333.138	11.232.404
		52.137.993	51.435.057	53.519.226	52.981.845
Total do ativo		60.899.572	61.070.139	61.897.724	62.646.083

* Em 31 de dezembro de 2015, certos valores foram reclassificados para melhor apresentação e comparabilidade com o exercício corrente (nota 2).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	12	7.099.596	6.589.680	7.432.017	6.931.983
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	258.461	1.422.069	444.338	2.205.787
Obrigações fiscais, líquidas	14	127.378	73.917	148.192	88.783
Partes relacionadas	16	9.093.645	2.112.808	8.863.501	2.071.812
Receitas diferidas		13.979	151.475	14.071	151.567
Provisões	15	367.111	438.870	389.141	452.845
Passivo atuarial	17	20.029	21.886	20.029	21.886
Outras obrigações		393.622	389.407	473.284	454.132
		17.373.821	11.200.112	17.784.573	12.378.795
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	250.970	2.800.581	250.970	2.734.888
Fornecedores*	12	142.275	479.645	142.616	479.645
Obrigações fiscais, líquidas	14	144.617	144.723	150.471	145.120
Tributos diferidos, líquidos	14	-	-	266.810	150.488
Partes relacionadas*	16	20.656.315	29.744.749	20.915.499	30.045.264
Provisões	15	6.840.964	6.068.584	6.895.688	6.079.849
Passivo atuarial	17	1.115.393	780.345	1.115.393	780.345
Receitas diferidas		85.060	98.459	85.329	98.820
Outras obrigações		30.523	34.057	30.549	34.083
		29.266.117	40.151.143	29.853.325	40.548.502
Patrimônio líquido					
	18				
Capital social		18.716.643	12.495.762	18.716.643	12.495.762
Reserva de capital		1.225.634	1.225.634	1.225.634	1.225.634
Reserva de lucros		(8.090)	(8.090)	(8.090)	(8.090)
Outros resultados abrangentes		(278.148)	(78.504)	(278.148)	(78.504)
Prejuízos acumulados		(5.396.405)	(3.915.918)	(5.396.405)	(3.915.918)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		14.259.634	9.718.884	14.259.634	9.718.884
Participação dos não controladores		-	-	192	(98)
Total do patrimônio líquido		14.259.634	9.718.884	14.259.826	9.718.786
Total do passivo e patrimônio líquido					
		60.899.572	61.070.139	61.897.724	62.646.083

* Em 31 de dezembro de 2015, certos valores foram reclassificados para melhor apresentação e comparabilidade com o exercício corrente. (Nota 2).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Claro S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receita operacional líquida	19	31.415.593	32.838.124	32.478.816	33.695.383
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	20	(19.942.494)	(20.400.945)	(20.519.242)	(20.765.869)
Lucro bruto		11.473.099	12.437.179	11.959.574	12.929.514
Despesas comerciais	20	(7.090.895)	(7.109.885)	(7.170.133)	(7.136.992)
Despesas gerais e administrativas	20	(3.708.053)	(3.522.887)	(3.787.202)	(3.584.303)
Resultado de equivalência patrimonial	9	272.691	150.669	(49)	(1.014)
Outras receitas operacionais, líquidas	20	578.815	491.501	634.411	474.218
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		1.525.657	2.446.577	1.636.601	2.681.423
Receitas financeiras	21	1.017.402	744.735	1.057.105	590.637
Despesas financeiras	21	(4.782.686)	(8.023.061)	(4.823.613)	(8.008.939)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(2.239.627)	(4.831.749)	(2.129.907)	(4.736.879)
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	-	(207.469)	(23.251)	(217.371)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	741.582	1.406.397	655.335	1.321.727
Prejuízo do exercício		(1.498.045)	(3.632.821)	(1.497.823)	(3.632.523)
Atribuível aos acionistas controladores		(1.498.045)	(3.632.821)	(1.498.045)	(3.632.821)
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	222	298

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Claro S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Prejuízo do exercício	(1.498.045)	(3.632.821)	(1.497.823)	(3.632.523)
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Ganho (perda) na atualização do plano de benefício	296.173	108.977	296.173	108.977
Efeito de imposto de renda e contribuição social sobre ganho (perda) na atualização do plano de benefício	(100.699)	(37.052)	(100.699)	(37.052)
Outros resultados abrangentes líquidos a serem reclassificados para resultado do exercício:	-	-	-	-
Reflexo de variação cambial sobre investimento líquido no exterior	(4.170)	767	(4.170)	767
Outros resultados abrangentes, do exercício, líquidos de impostos	191.304	72.692	191.304	72.692
Total dos resultados abrangentes do exercício	(1.306.741)	(3.560.129)	(1.306.519)	(3.559.831)
Atribuível aos acionistas controladores	(1.306.741)	(3.560.129)	(1.306.741)	(3.560.129)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	222	298

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Claro S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido da controladora e consolidado
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Prejuízo acumulado	Patrimônio líquido	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
			Reserva incentivos fiscais	Ganhos e perdas em transações de capital	Outros resultados abrangentes				
Saldos em 31 de dezembro de 2014	12.043.002	1.243.430	4.141	(12.231)	(151.196)	(298.269)	12.828.877	85	12.828.962
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(3.632.821)	(3.632.821)	298	(3.632.523)
Variação cambial s/investimento líquido em controlada no exterior	-	-	-	-	767	-	767	-	767
Atualização do passivo atuarial em controlada	-	-	-	-	71.925	-	71.925	-	71.925
Redução de capital	(344.355)	-	-	-	-	-	(344.355)	-	(344.355)
Aumento de capital (Nota 18)	797.115	(8.115)	-	-	-	-	789.000	-	789.000
Dividendos prescritos de controlada	-	-	-	-	-	5.066	5.066	-	5.066
Outros efeitos em controlada	-	-	-	-	-	425	425	(481)	(56)
Perda da reserva especial de ágio	-	(9.681)	-	-	-	9.681	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	12.495.762	1.225.634	4.141	(12.231)	(78.504)	(3.915.918)	9.718.884	(98)	9.718.786
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(1.498.045)	(1.498.045)	222	(1.497.823)
Variação cambial s/investimento líquido em controlada no exterior	-	-	-	-	(4.170)	-	(4.170)	-	(4.170)
Atualização do passivo atuarial em controlada (Nota 17)	-	-	-	-	(195.474)	-	(195.474)	-	(195.474)
Aumento de capital (Nota 18)	6.220.881	-	-	-	-	-	6.220.881	-	6.220.881
Dividendos prescritos de controlada	-	-	-	-	-	19.665	19.665	-	19.665
Outros efeitos em controlada	-	-	-	-	-	(2.107)	(2.107)	68	(2.039)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	18.716.643	1.225.634	4.141	(12.231)	(278.148)	(5.396.405)	14.259.634	192	14.259.826
				(8.090)					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Claro S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Prejuízo líquido do exercício	(1.498.045)	(3.632.821)	(1.497.823)	(3.632.523)
Ajuste para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	7.099.924	6.857.468	7.406.205	7.063.554
Tributos diferidos, líquidos	(741.582)	(1.406.397)	(655.335)	(1.321.727)
Provisão para variação cambial	(485.724)	3.355.129	(488.418)	3.976.315
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.049.724	954.541	1.060.071	959.938
Provisão para obsolescência nos estoque*	4.957	15.401	4.957	15.401
Baixa de imobilizado e intangível	3.660	28.808	4.879	29.333
Provisão de juros e atualização monetária	126.510	3.653.184	(444.336)	3.283.383
Provisão para desmantelamento de ativos	29.742	15.618	29.742	15.618
Equivalência patrimonial	(272.691)	(150.669)	49	1.014
Perdas com investimento	-	(423)	-	-
	5.316.475	9.689.839	5.419.991	10.390.306
Atividades operacionais:				
Contas a receber	(687.567)	(1.438.486)	(799.372)	(1.424.980)
Estoques	(30.393)	146.162	(21.517)	153.820
Tributos a recuperar, líquidos	118.649	306.606	167.563	256.594
Partes relacionadas	118.191	(115.761)	(235.801)	(272.696)
Depósitos judiciais e bloqueios	(188.082)	(287.206)	(185.364)	(287.485)
Fornecedores	172.546	(283.770)	141.092	(21.771)
Obrigações fiscais, líquidas	53.355	(533.922)	54.893	(488.829)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(50.773)	-	(109.382)
Receitas diferidas	(150.895)	(121.300)	(150.987)	(121.399)
Provisões	660.886	932.701	648.717	955.334
Outras obrigações circulantes e não circulantes	192.656	383.060	204.668	298.980
Caixa líquido gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais	5.575.821	8.627.150	5.243.883	9.328.492
Atividades de investimento:				
Adições para imobilizado e intangível	(6.034.032)	(8.534.802)	(6.273.461)	(9.216.911)
Dividendos e juros sobre capital próprio	306.624	153.834	-	-
Adições de investimento	(297.495)	88.329	-	-
Títulos e valores mobiliários	(528.881)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(262.495)	-	-
Adições por aquisição de empresas	(254.779)	-	(247.059)	-
Caixa líquido gerado pelas (utilizados nas) atividades de investimentos	(6.808.563)	(8.555.134)	(6.520.520)	(9.216.911)
Atividades de financiamento:				
Aumento de capital	6.220.881	789.000	6.220.881	789.000
Compra de ações de não controladores	-	(203.845)	-	(203.845)
Financiamento, debêntures, mútuo e juros pagos	(7.127.062)	(18.221.696)	(7.127.062)	(18.227.185)
Financiamento, debêntures, mútuo obtidos	1.699.794	17.914.232	1.699.794	17.922.782
Caixa líquido (utilizados nas) gerado pelas atividades de financiamentos	793.613	277.691	793.613	280.752
Aumento (diminuição) no caixa e equivalente de caixa	(439.129)	349.707	(483.024)	392.333
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	470.780	121.073	533.531	141.198
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	31.651	470.780	50.507	533.531

* Em 31 de dezembro de 2015, certos valores foram reclassificados para melhor apresentação e comparabilidade com o exercício corrente. (Nota 2)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

1. Histórico e contexto operacional

A Claro S.A. (“Claro” ou “Companhia”), companhia de capital fechado, foi constituída em 7 de abril de 1992, sediada na Henri Dunant, nº780, Torre B, na Cidade e Estado de São Paulo, e atua no mercado de telecomunicações, principalmente, de telefonia local e de longa distância nacional e internacional (“STFC”), no Serviço Móvel Pessoal (“SMP”), em transmissão de dados (“SCM”) e TV por assinatura (“SEAC”); de telefonia local e de longa distância, Serviço Móvel Pessoal (SMP), dados e TV por assinatura. A Companhia é controlada indiretamente pela América Móvil S.A.B. de C.V. (“América Móvil”), organizada e existente de acordo com as leis do México.

Em 17 de julho de 1997, a Companhia foi a vencedora da licitação realizada para a concessão do serviço móvel celular para a área de concessão 1, compreendendo a cidade de São Paulo e 63 distritos e municípios próximos à capital, iniciando as operações a partir de maio de 1998.

A Companhia, através de suas controladas diretas, explora serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por assinatura e outros serviços em nível nacional e internacional, bem como exploração de capacidade satelital, sendo todos estes negócios regulamentados pela Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”).

A Companhia detém controle direto, principalmente, das seguintes controladas: (i) Star One S.A. (“Star One”), que é a principal provedora brasileira de capacidade satelital, (ii) Primesys Soluções Empresariais S.A. (“PMS”), que presta serviços especializados de circuito e de rede de telecomunicações; (iii) Telmex do Brasil S.A. (“TdB”), que presta serviços de comunicação de dados e internet; (iv) BrasilCenter Comunicações Ltda. (“BrasilCenter”), operadora de call center, (v) Reyc Comércio e Participações Ltda. (“Reyc”), que atua na importação e venda de equipamentos, (vi) Net Brasil Serviços de Televisão por Assinatura S.A. (“Net Brasil”) que atua na representação e locação de produtos e acessórios nacionais e estrangeiros inerentes à televisão por assinatura, a intermediação, por conta própria ou alheia, de programação, comerciais, projetos de patrocínio e procedimentos de mídia e venda de espaços comerciais e exploração de canais relacionados a televisão por assinatura, e (vii) iMusica S.A. (“iMusica”) que atua como provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música do Brasil e do mundo, desenvolve plataformas de gestão e distribuição de músicas e realiza projetos de *music branding* para grandes marcas e (viii) Brasil Telecomunicações S.A. (“BrTel”), que opera no mercado de televisão por assinatura e internet banda larga.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Em 20 de junho de 2016 foi deliberado Assembleia Geral Extraordinária um aumento de capital da Companhia no montante de R\$170.043, o aumento de capital foi subscrito e integralizado a vista pela acionista Claro Telecom Participações S.A. ("Claropar") com créditos de titularidade com a Americel S.A., decorrentes de dividendos e de juros sobre capital próprio.

Em 29 de janeiro de 2016 foi deliberado em reunião do Conselho de Administração o aumento do capital social da controlada Claro no valor total de R\$6.050.838 em espécie, mediante emissão de um total de 33.574.727 novas ações, sendo 26.527.784 ações ordinárias e 7.046.943 ações preferenciais. Tendo a Companhia integralizado R\$4.780.838 em espécie mediante emissão de 26.527.783 ações, sendo 26.499.359 ações ordinárias e 28.424 ações preferenciais e pela acionista Telmex Solutions o montante de R\$1.270.000 em espécie mediante emissão de 7.046.943 ações, sendo 28.424 ordinárias e 7.018.519 preferenciais. As ações emitidas foram totalmente subscritas.

Com vistas a ampliar a atuação no segmento residencial, em 28 de janeiro de 2016 a Companhia adquiriu o controle acionário da BrTel, sociedade que opera no mercado de televisão por assinatura e internet banda larga em diversos municípios brasileiros sob a marca "BLUE". A aquisição da BrTel foi efetivada após autorizações concedidas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, publicadas no Diário Oficial da União em 11 de dezembro de 2015 e 15 de janeiro de 2016, respectivamente.

A partir de 1º de janeiro de 2016 os serviços de valor adicionado prestados pela Companhia, passaram a ser prestados pela TVSat. Esta alteração ocorreu em atendimento a exigência regulatória da ANATEL, que estabelece que atividades de valor adicionado não podem ser prestados por concessionárias de serviços de telecomunicações (artigo 86 da Lei 9.472/97 – Lei Geral de Telecomunicações).

Os contratos de concessão, por meio dos quais foram outorgadas pelo Governo Federal licenças para a prestação dos serviços de telefonia de longa distância nacional e internacional, foram renovados por um período de 20 anos a partir de 1º de janeiro de 2006, em caráter oneroso.

As operadoras que adquiriram, através de leilão realizado em dezembro de 2014, Radiofrequência na faixa de 700MHz, constituíram uma Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD), a qual ficou responsável pela operacionalização de forma isonômica de todos os procedimentos de redistribuição de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

As operadoras vencedoras deste leilão ficaram obrigadas a constituir em até 90 dias da data de publicação do extrato do Termo no DOU uma Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD), a qual ficou responsável pela operacionalização de forma isonômica de todos os procedimentos de redistribuição de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação. (Nota 16).

Assim, em 02 de março de 2015, foi constituída a Associação Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV, da qual são associadas à Claro e as empresas Telefônica Brasil S/A, Algar Celular S/A e TIM Celular S/A.

Segue resumo das licenças para prestação de serviços de telecomunicações detidas pelas controladas da Companhia:

Empresa	Licença
Claro	Serviço Telefônico Fixo Comutado na modalidade Local (STFC local) Serviço Telefônico Fixo Comutado nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional Serviço Móvel Pessoal (SMP) Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) Serviço Móvel Marítimo (SMM) Serviço Móvel Global por Satélite (SMGS) Termo de Autorização da RF de 3,5 Ghz
BrTel	Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)
Star One	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) Direitos de Exploração de Satélite
PMS	Serviço Limitado Especializado – Circuito e Rede Especializado (SLE)
TdB	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

A Claro possui autorizações para explorar o serviço móvel pessoal (“SMP”) por meio das seguintes faixas de frequência:

Região	Prazos						
	450 MHz	850 MHz	900 MHz	1800 MHz	3G 1900 – 2100 MHz	4G 2500 MHz	4G 700 MHz
Acre	Outubro, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Rondônia	Outubro, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Tocantins	Outubro, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Distrito Federal	-	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Mato Grosso	-	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Mato Grosso do Sul	-	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Goiás	-	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Bahia	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2017	Dezembro, 2017	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Sergipe	-	-	Dezembro, 2017	Dezembro, 2017	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Alagoas	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Ceará	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Paraíba	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Piauí	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Pernambuco	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Rio Grande do Norte	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Paraná	-	-	Dezembro, 2017	Dezembro, 2017**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Paraná (Norte)	-	-	Dezembro, 2022	Dezembro, 2022**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Santa Catarina	-	-	Dezembro, 2017	Dezembro, 2017**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Rio de Janeiro	-	Abril, 2028	Abril, 2028	Abril, 2028**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Espírito Santo	-	Abril, 2028	Abril, 2028	Abril, 2028**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Rio Grande do Sul	-	Abril, 2028	Abril, 2028	Abril, 2028**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
São Paulo – Capital	Outubro, 2027*	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
São Paulo – Interior	-	Março, 2028	Março, 2028	Março, 2028	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Minas Gerais	-	-	Abril, 2020	Abril, 2020**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Minas Gerais (Triângulo Mineiro)	-	-	-	Março, 2023	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Amazonas	Outubro, 2027	Março, 2023	-	Dezembro, 2022	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Maranhão	Outubro, 2027	Março, 2023	-	Dezembro, 2022	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Roraima	Outubro, 2027	Março, 2023	-	Dezembro, 2022	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Amapá	Outubro, 2027	Março, 2023	-	Dezembro, 2022	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Pará	Outubro, 2027	Março, 2023	-	Dezembro, 2022	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029

* Inclui código nacional 12.

** Alguns blocos vencem em Março de 2023.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

A controlada Star One possui as seguintes autorizações vinculadas aos direitos de exploração de satélite:

Tipo	Número	Posição Orbital	Data de Emissão	Vencimento (15 anos)
Extensão (renovação)	PVSS/SPV 007/2006	63°W, 65°W, 68°W, 70°W, 84°W – Banda C	01/01/06	01/01/21
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2003	65°W – Banda Ku	25/02/03	25/02/18
Posição Orbital	PVSS/SPV 12/2007	92°W – Banda C and Ku	13/11/07	13/11/22
Posição Orbital	PVSS/SPV 002/2003	70°W – Banda Ku	08/10/03	08/10/18
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2007	75°W – Banda C e Ku	27/02/07	27/02/22
Posição Orbital	PVSS/SPV 156/2012	70°W – Banda Ka e Ku (Planejado)	28/03/12	28/03/27
Posição Orbital	PVSS/SPV 076/2012	84°W – Banda Ka e Ku	06/02/12	06/02/27
Direitos de Descida	PVSS/SPV 002/2009	37.5°W – Banda C	25/05/09	05/05/19*

* A data de vencimento indicada corresponde a vida útil do Satélite C12.

A ANATEL conduziu um leilão para concessão do direito de uso de radiofrequências e, em dezembro de 2015, ocorreu a sessão de abertura e julgamento das propostas, quando a Companhia, adquiriu mais 19 lotes regionais na frequência de 2500 MHz, em diversas cidades brasileiras cujo vencimento máximo é agosto de 2031.

O resultado foi homologado pelo Conselho Diretor da Anatel em 2 de junho de 2016 e os Termos de Autorização para a aquisição dos 19 lotes regionais na frequência de 2500 MHz (sub faixa P), arrematados pelo montante de R\$ 61.859 foram assinados em 9 de agosto de 2016.

Os contratos de concessão de serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional estabelecem a reversibilidade dos bens indispensáveis à prestação dos serviços, objeto das concessões.

Com relação a tais bens considerados reversíveis, a Lei Geral das Telecomunicações e a regulamentação da ANATEL dispõem que os mesmos estão vinculados aos serviços sob concessão, não podendo ser desvinculados, alienados, substituídos ou onerados sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

Os demais serviços de telecomunicações prestados pela Companhia, tais como o Serviço Móvel Pessoal (SMP) e o Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) foram outorgados sob o regime privado, com base em autorizações expedidas pela ANATEL, e o regime jurídico aplicável não estabelece obrigações de reversibilidade de bens.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Análise sobre risco de continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$9.406.075 no consolidado. Do total do capital circulante líquido, R\$7.416.680 refere-se a valores com partes relacionadas. Nosso acionista controlador América Móvil tem a intenção e a capacidade financeira de, caso necessário, prover o suporte para as operações.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma), moeda funcional e de apresentação e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios e suporte financeiro da Companhia e suas controladas. Também foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado quando classificado como disponíveis para venda.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliação de ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para a redução ao valor recuperável das contas a receber, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e realização de imposto de renda diferido.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, revisados e interpretações e orientações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2017.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Para melhor apresentação e comparabilidade com o exercício corrente, a Companhia efetuou as seguintes reclassificações em certas contas do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015: ativo circulante: de contas a receber para partes relacionadas na controladora, R\$320.955 e no consolidado, R\$332.122, e no passivo circulante: de fornecedores para partes relacionadas na controladora e no consolidado, R\$390.526.

Os novos pronunciamentos, interpretações, alterações ou melhorias, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, mas não causaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras, estão descritos a seguir:

- IFRS 5 *Non-current Assets Held for Sale and Discontinued Operations* (Ativos Não Correntes Destinados a Venda e Operações Descontinuadas), revisão;
- IFRS 7 *Financial Instruments: Disclosures* (Instrumentos Financeiros: Divulgações), revisão;
- IFRS 11 *Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations* (Contabilizações de Aquisições de Acordos Conjuntos), revisão;
- IFRS 14 *Regulatory Deferral Accounts* (Contas de Diferimento Regulatórias), emissão;
- IAS 1 *Disclosure Initiative* (Iniciativas de Divulgação), revisão;
- IAS 16 and IAS 38 *Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortization* (Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização), revisão;
- IAS 19 *Employee Benefits* (Benefícios a Empregados), revisão; e
- IAS 27 *Equity Method in Separate Financial Statements* (Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Separadas), revisão.

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes emissões e alterações nas IFRS tinham sido publicadas, porém não são de aplicação obrigatória.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Normas	Vigências
IAS 7 – <i>Cash Flow</i> (Fluxo de Caixa), revisão	1º de janeiro de 2017
IAS 12 – <i>Income Taxes</i> (Imposto de Renda), revisão.	1º de janeiro de 2017
IAS 40 – <i>Investment Property Transfers</i> (Transferência de Contratos de Investimentos), revisão.	1º de janeiro de 2018
IFRS 2 – <i>Classification and Valuation of Share Based Transactions</i> (Classificação e Valoração de Transações de Remuneração em Ações), revisão.	1º de janeiro de 2018
IFRS 4 – <i>Insurance Contracts</i> (Contratos de Seguros), revisão.	1º de janeiro de 2018
IFRS 9 – <i>Financial Instruments</i> (Instrumentos financeiros), emissão da versão final.	1º de janeiro de 2018
IFRS 10, 12 and IAS 28 – <i>Investment Entities: Applying the Consolidation Excepcion</i> (Aplicando a Exceção na Consolidação), revisão.	A definir
IFRS 15 – <i>Revenue from contracts with clients</i> (Receita de contratos com clientes), emissão.	1º de janeiro de 2018
IFRS 16 – <i>Leases</i> (Arrendamentos), emissão.	1º de janeiro de 2019
IFRS 19 – <i>Financial Instruments</i> (Instrumentos Financeiros), emissão.	1º de janeiro de 2018
<i>Annual Improvements to IFRS, 2014 -2016 Cycle</i> (Melhorias Anuais do IFRS – Ciclo 2014 – 2016), emissão.	1º de janeiro de 2017/2018
IFRIC 22 – <i>Transactions in Foreign Currency and Advance Payments</i> (Transações em Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados), emissão.	1º de janeiro de 2018

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

Com base em análises preliminares, a Companhia estima que a implementação de muitas destas normas, alterações e interpretações não terão impacto significativo nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial. No entanto, estima-se que as seguintes normas emitidas, porém não com aplicação obrigatória, poderão ter impactos significativos sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia no momento de sua aplicação e prospectivamente.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. Exceto para contabilidade de *hedge*, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas.

Para contabilidade de *hedge*, as exigências são geralmente aplicadas prospectivamente, salvo poucas exceções.

A adoção da IFRS 9 terá impactos apenas na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia.

IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes

A IFRS 15 estabelece critérios para a contabilização das receitas de contratos de clientes. A Companhia está atualmente no processo de estimar os possíveis impactos desta nova norma em seus contratos. Esta análise servirá para identificar uma série de possíveis impactos esperados relacionados aos seguintes aspectos, entre outros:

- A Companhia oferece pacotes comerciais que combinam equipamentos e serviços de telefonia fixa e móvel, dados, internet e televisão, sendo, a receita total de serviços, distribuída entre seus elementos, identificados com base em seus respectivos valores justos, conforme a política contábil atual.

Com a IFRS 15, os valores serão atribuídos a cada elemento em função da base nos preços de venda independentes de cada componente individual em relação ao preço total do pacote e a receita será reconhecida quando (e a medida) que a obrigação seja satisfeita. Consequentemente, a aplicação dos novos critérios pode significar uma aceleração no reconhecimento das receitas de vendas de equipamentos, que são geralmente reconhecidas no momento da entrega ao consumidor final.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

- De acordo com os critérios atualmente em vigor, todos os custos diretamente relacionados com a captação de contratos comerciais (comissões de vendas e outras despesas com terceiros) são contabilizados como despesas, quando incorridos. Por outro lado, a IFRS 15 exige o reconhecimento de um ativo para os valores incorridos por estes conceitos e o seu posterior reconhecimento a resultados, conforme o período de vigência do respectivo contrato. Da mesma forma, certos custos relacionados ao cumprimento do contrato, atualmente reconhecidos como despesas, quando incorridos, passarão a ser diferidos, quando associados com as obrigações de cumprimento, ao longo do período desse contrato.
- Em comparação com a norma atualmente existente, a IFRS 15 estabelece requisitos muito mais detalhados sobre o tratamento contábil das alterações dos contratos. Assim, caso necessário, certas alterações serão registradas de forma retrospectiva e outras prospectivamente como uma obrigação em separado ou contratual resultante da redistribuição de receitas, entre as várias obrigações de cumprimento identificados.

A Companhia está avançando no processo de implementação dos novos critérios, mas devido ao alto número de transações afetadas, o elevado volume e diversidade das informações necessárias e a complexidade das estimativas, a Companhia entende que na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não pode mensurar de forma adequada o impacto da aplicação desta norma.

No entanto, considerando as atuais ofertas comerciais, bem como o volume de contratos afetados, a Companhia estima que as alterações introduzidas pela IFRS 15 poderão trazer um impacto relevante nas suas demonstrações financeiras na data inicial de sua aplicação.

Além disso, como resultado da adoção da IFRS 15, as demonstrações financeiras da Companhia incluirão divulgações mais qualitativas relacionadas às receitas, conforme requerimentos da nova norma.

IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos e SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida, mas não antes da adoção da IFRS 15. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

Devido as diferentes alternativas, bem como a complexidade das estimativas e o elevado número de contratos, a Companhia ainda não concluiu o processo de implementação, de modo que, na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não é possível estimar de forma razoável o impacto da aplicação desta norma. Considerando o volume de contratos afetados, as alterações introduzidas pela IFRS16 poderão trazer impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras quando adotados face ao reconhecimento do direito de uso e obrigações relacionadas aos contratos elegíveis e amortização do direito de uso destes ativos e reconhecimento de juros sobre obrigações em substituição ao valor reconhecido como despesa em resultado operacional, com efeito também na classificação de pagamentos na demonstração de fluxos de caixa da Companhia

3. Políticas contábeis

3.1. Bases de consolidação

Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados, quando aplicáveis, os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, resultados de equivalência patrimonial de controladas, provisão para cobertura de passivo a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulante e não circulante, bem como é destacado o valor da participação de acionistas não controladores nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas apresentadas no exercício anterior.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, por participação direta e/ou indireta no capital social. No demonstrativo, abaixo, seguem as principais controladas:

	2016	2015
ATL Cayman International Ltd.	100,00%	100,00%
Telet BVI, Inc.	100,00%	100,00%
Tess Ltd.	100,00%	100,00%
Claro Corporate	100,00%	100,00%
Latam Towers Infraestrutura de Torres Ltda.	99,80%	99,80%
Star One (2)	74,12%	100,00%
PMS	100,00%	100,00%
TdB	100,00%	100,00%
BrasilCenter	100,00%	100,00%
Reyc	99,99%	99,99%
Net Brasil	99,95%	99,95%
BrTel (1)	100,00%	100,00%
iMusica	100,00%	100,00%

(1) Controlada adquirida em janeiro de 2016, conforme Nota 9.

(2) Redução devido a diluição da participação após integralização de capital pela TdB.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir.

O controle é obtido quando a Companhia está exposta, ou têm direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a investida.

Especificamente, a Companhia controla a investida se, e somente se, possuir:

- Poder sobre a investida (isto é, os direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida).
- Exposição ou direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o seu rendimento.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Quando a Companhia com menos de uma maioria dos votos ou direitos similares de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes para avaliar se ele tem poder sobre uma investida, incluindo:

O acordo contratual com os outros titulares a voto da investida.

- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Direitos de voto da Empresa e os direitos de voto potenciais.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrados no resultado do exercício (Notas 4 e 21).

3.3. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são representados por fundo de investimento classificado como Multimercado. São demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, não excedendo o valor de realização, sendo o ganho ou a perda registrados no resultado do exercício (Notas 5 e 21).

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

3.4. Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, créditos com partes relacionadas e outros ativos circulantes.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, passivos com partes relacionadas e outros passivos circulantes.

Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perda por redução ao valor recuperável, se e quando aplicável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos e as perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado financeiro na demonstração dos resultados, se e quando aplicável.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e são classificados assim quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Quando a Companhia e suas controladas não estiverem em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia e suas controladas podem optar em reclassificar esses ativos financeiros. A reclassificação para empréstimos, títulos e valores mobiliários e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo e da intenção da Administração.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia e suas controladas tiverem manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação, que são assim classificados quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39). Derivativos, incluídos os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Mensuração do valor justo

A Companhia e suas controladas mensuram os instrumentos financeiros pelo valor justo na data de cada balanço.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

O valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo baseia-se na presunção de que a operação de vender o ativo ou transferir a responsabilidade ocorrerá:

- No principal mercado para o ativo ou passivo.
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.

O principal ou o mais vantajoso mercado deve ser acessível pela Companhia e por suas controladas.

O valor justo de um ativo ou um passivo é medida usando as premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado ajam no seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em conta a capacidade de um participante do mercado para gerar benefícios econômicos usando o ativo no seu maior e melhor uso ou vendendo-o para outro participante do mercado que iria usar o ativo em seu maior e melhor uso.

A Companhia e suas controladas usam técnicas de avaliação que são apropriados nas circunstâncias e para os quais estão disponíveis para mensurar o valor justo de dados suficientes, maximizando a utilização de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são classificados dentro da hierarquia do valor justo, como segue, com base na entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo é direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo não é observável.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

3.5. Contas a receber

As contas de clientes dos serviços de telecomunicações são registradas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Incluem também serviços prestados e não faturados até as datas dos balanços e as contas a receber decorrentes da venda de aparelhos celulares, *simcards*, serviços de satélites e acessórios (Nota 6).

3.6. Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos (Nota 21).

Os ganhos e perdas na conversão de investimentos no exterior são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

3.7. Estoques

Representados substancialmente por aparelhos *handsets*, celulares, *simcards*, cartões pré-pagos e acessórios para venda, registrados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor líquido de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração (Nota 7).

3.8. Investimentos

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às investidas. Os investimentos da Companhia em suas coligadas foram contabilizados inicialmente ao custo e são atualizados com base no método da equivalência patrimonial.

Os valores contábeis dos investimentos são ajustados para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia nos patrimônios líquidos das coligadas a partir da data de aquisição.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

O ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) relativo a uma coligada está incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado e nem testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

O ágio apurado pela diferença entre o custo do investimento e a parte do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida foram amortizados de acordo com a vida útil dos itens pelos quais foram gerados.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia e as práticas contábeis adotadas pelas controladas e coligadas, são consistentes (ajustadas quando aplicável) com aquelas adotadas pela Companhia.

Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento após a aplicação do método da equivalência patrimonial. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 nenhuma perda foi reconhecida pela Companhia. As participações permanentes em controladas estão sendo avaliadas na controladora pelo método da equivalência patrimonial (Nota 9).

3.9. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso dos equipamentos. A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens revisada anualmente ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência (Nota 10).

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos.

Os custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros são capitalizados e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos, ou o termo de contrato de aluguel, dos dois o menor.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo superior a 12 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.10. Arrendamento mercantil

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Companhia e suas subsidiárias como arrendatários

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa no período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que os respectivos pagamentos não sejam feitos nesse período.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Companhia e suas subsidiárias como arrendadores

Arrendamentos mercantis para os quais a Companhia e suas controladas não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos.

3.11. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial, pelos seus custos de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável. É representado substancialmente pelo direito de exploração de serviço móvel celular acrescido dos encargos financeiros incorridos até à data de entrada em operação da Companhia e suas controladas. As outorgas começaram a ser amortizadas quando do início de cada operação, pelo período remanescente aos 15 anos a que se refere, pelo método linear (Nota 11).

Incluem ainda, os direitos de uso de software adquiridos de terceiros e valores de fundo de comércio referentes as lojas próprias (que estão sendo amortizados pelo prazo de vigência dos contratos).

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

3.12. Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

- a) **Ágio:** o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

- b) **Ativos Intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a empresa em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Avaliação da recuperação do valor contábil

A Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado de cada unidade geradora de caixa. O processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e taxa de desconto. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro são baseadas no pronunciamento do CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, bem como em dados de mercado comparáveis e representam, com base nos conceitos definidos no pronunciamento técnico acima, a melhor estimativa da Administração das condições econômicas que existirão durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa.

As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir:

- Receitas

Projetadas com base na realização do ano de 2016 e projeções orçamentárias para 2017, conforme conceitos definidos no CPC 01 (R1) não foram considerados crescimentos decorrente da expansão de cobertura de rede, somente crescimento da penetração de assinantes na rede atualmente instalada.

- Custos e despesas operacionais

Projetados com base no desempenho histórico da Companhia em concordância com o modelo de remuneração dos contratos vigentes.

- Investimentos de capital

Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar a demanda atual por nossos serviços e manutenção de nossa planta existente. Não foram considerados investimentos em expansão da rede em conformidade com os conceitos definidos no CPC 01 (R1).

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

- Taxa de desconto

Representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da empresa, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (CCMP). O CCMP leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta.

3.13. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais (Nota 15.1).

Adicionalmente, a Companhia possui obrigações legais referentes a impostos, taxas e contribuições que estão atreladas a discussões judiciais, para as quais mantém provisão dos valores devidos.

3.14. Provisão para desmantelamento de ativos

A provisão para obrigações decorrentes da desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros, registrada em contrapartida ao ativo imobilizado, são registradas com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados. Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes dos impostos que reflete riscos específicos inerentes à obrigação por desativação dos ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido. Os custos futuros estimados de desativação são revisados anualmente. Mudanças nos custos futuros ou nas taxas de desconto aplicadas são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo. (Nota 15.2).

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

3.15. Tributação

A seguir, relacionamos as legendas relativas aos impostos, taxas e contribuições descritas nestas demonstrações financeiras:

- CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Tributo Federal.
- COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Tributo Federal.
- CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Tributo Federal.
- FISTEL - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.
- FUNTTEL - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações.
- FUST - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.
- ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Tributo Estadual.
- IOF - Imposto sobre Operações Financeiras - Tributo Federal.
- IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Tributo Federal.
- IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte - Tributo Federal.
- ISS - Imposto sobre Serviço Prestado - Tributo Municipal.
- PIS - Programa de Integração Social - Tributo Federal.
- PPNUM - Preço público relativo a administração dos recursos de numeração.
- TFF - Taxa de Fiscalização e Funcionamento.
- TFI - Taxa de Fiscalização e Instalação.

Tributos correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de exercícios anteriores são mensurados ao valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do encerramento do exercício. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Imposto de renda e contribuição social corrente relativo a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido é reconhecido no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Tributos diferidos

O valor dos tributos diferidos é gerado por diferenças temporárias na data do encerramento do exercício entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível, inclusive com base em estratégias de planejamentos estratégicos, societário e tributário, para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitam que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo seja realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Imposto sobre Serviços - ISS, às alíquotas vigentes em cada região de sua atuação e diretrizes à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de telecomunicações, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente. Para as demais receitas auferidas pela Companhia na modalidade não cumulativa, às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e COFINS, respectivamente.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Esses tributos são apresentados como deduções das receitas de serviços e vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

3.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significantes

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias avaliadas como de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

A Companhia e suas controladas registram provisões para contingências no passivo circulante e não circulante, de acordo com a estimativa de prazo de liquidação. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota 15.

Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

O custo de benefício definido e o valor presente da obrigação de planos de aposentadoria com benefício definido, com contribuição variável e de benefícios de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e crescimento de custos médicos. A obrigação de cada um dos planos é sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de títulos públicos representados por papéis NTN-B com vencimento correspondente à duração da obrigação atuarial do benefício definido de cada benefício. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade usualmente adotadas no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria se baseiam na política de recursos humanos da organização considerando o perfil dos participantes envolvidos e nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Crescimento dos custos médicos corresponde a uma curva decrescente que parte da expectativa de curto prazo de aumento dessas despesas com redução gradual até a expectativa de longo prazo. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 17.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Provisão para desmantelamento de ativos

A provisão para obrigações decorrentes da desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros, registrada em contrapartida ao ativo imobilizado, são registradas com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados. Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes dos impostos que reflete riscos específicos inerentes à obrigação por desativação dos ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido. Os custos futuros estimados de desativação são revisados anualmente. Mudanças nos custos futuros ou nas taxas de desconto aplicadas são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

3.17. Participação de empregados no resultado

A Claro e suas controladas Star One, BrasilCenter, PMS, BrTel, iMusica e TdB constituíram provisão para participação de empregados nos resultados, a qual é calculada com base em metas de performance estabelecidas de acordo com o planejamento anual.

3.18. Receitas diferidas

Representadas, principalmente, pela venda de capacidade de transmissão e de direito de passagem de cabos de fibra óptica, e outros meios para empresas de telecomunicações brasileiras e internacionais com atuação no MERCOSUL, sendo apropriadas ao resultado do exercício de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

A receita referente aos créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos devidos são diferidos e reconhecidos no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.

3.19. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu valor de custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco e do valor envolvido.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

A Companhia e suas controladas prestam serviços de instalação, operação, provimento de circuitos e compartilhamento de infraestrutura, onde as receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados conforme vigência de contrato.

3.20. Ajuste ao valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente. Os de curto prazo são também ajustados quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

3.21. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

A Companhia e suas controladas prestam serviços de instalação, operação, provimento de circuitos e compartilhamento de infraestrutura, serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por assinatura, exploração de capacidade satelital e outros serviços em nível nacional e internacional, onde as receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados conforme vigência de contrato.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

As receitas de serviços são reconhecidas quando os serviços são prestados, incluindo faturados e não faturados. As receitas de serviço compõem-se principalmente de assinaturas, utilização dos serviços e utilização da rede. Os faturamentos são processados mensalmente, de acordo com os ciclos de cobrança acordados com os clientes ao longo do mês. As receitas referentes aos créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos devidos, são diferidas e reconhecidas no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados. Os créditos ainda não utilizados referentes aos cartões já vendidos são registrados como receita diferida pré-pago.

As receitas de venda de mercadorias (aparelhos celulares, *simcards* e acessórios) são reconhecidas no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável; os serviços foram efetivamente prestados e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia e suas controladas. Uma receita não é reconhecida caso haja uma incerteza significativa de sua realização.

3.22. Campanhas promocionais

Custos e despesas referentes a campanhas promocionais, incluindo as vendas de aparelhos celulares e acessórios a valores inferiores aos custos de aquisição, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

3.23. Subvenção e assistência governamentais

A edição da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, posteriormente alterada pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilitou às pessoas jurídicas titulares de empreendimentos localizados nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM") e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), cuja atividade se enquadre em setor econômico considerado prioritário, em ato do Poder Executivo, a pleitear a redução do imposto de renda nos termos destes atos normativos.

A Companhia possui benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração para as áreas do Nordeste. A concessão deste incentivo se estende até o exercício de 2017 (para os estados: PI, BA, SE, AL e RN) e 2018 (para os estados: PB, CE e PE).

Em conformidade ao artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 a parcela de lucro incentivada também foi excluída do cálculo do dividendo obrigatório, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

3.24. Resultado financeiro

Representa juros e variações cambiais e monetárias sobre aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, empréstimos, financiamentos e debêntures e outros ativos e passivos sujeitos a atualização, os quais são reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, compreendem despesas e fianças bancárias, bem como despesas com PIS e COFINS (ambos calculados sobre receitas de multas e juros sobre capital próprio ativos, quando aplicável).

3.25. Participações de não controladores

Refere-se, a participação de não controladores na controlada iMusica.

3.26. Demonstração do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos	29.780	297.846	48.420	356.071
Equivalentes de caixa	1.871	172.934	2.087	177.460
	31.651	470.780	50.507	533.531

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as aplicações em fundo de investimento financeiro referem-se principalmente, a títulos públicos compromissados, contratados junto a entidades financeiras de primeira linha, e possuem liquidez imediata junto às entidades emissoras, e remuneração próxima do CDI.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

5. Títulos e valores mobiliários

Representados por aplicações em fundo de investimento restrito classificado como Multimercado e crédito privado, com remuneração média no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 de 108,89% do CDI.

6. Contas a receber, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
		(Reclassificado)		(Reclassificado)
Venda de aparelhos celulares e acessórios	841.820	1.001.376	841.820	1.001.376
Serviços de voz, dados e outros	5.952.539	5.834.315	6.212.518	5.929.559
Administradoras estrangeiras	46.169	65.925	46.559	71.674
	6.840.528	6.901.616	7.100.897	7.002.609
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.715.101)	(1.414.032)	(1.779.856)	(1.432.962)
	5.125.427	5.487.584	5.321.041	5.569.647

A seguir apresentamos os montantes a receber de clientes, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
		(Reclassificado)		(Reclassificado)
A vencer	3.165.354	3.790.231	3.333.095	3.771.988
Vencidas:				
De 1 a 30 dias	1.192.748	1.239.483	1.208.160	1.281.460
De 31 a 60 dias	379.496	353.206	390.310	368.643
De 61 a 90 dias	287.656	266.084	293.995	271.974
Mais de 90 dias	1.815.274	1.252.612	1.875.337	1.308.544
	6.840.528	6.901.616	7.100.897	7.002.609

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.

A movimentação do saldo de provisão para devedores duvidosos é como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldo Inicial	1.414.032	1.156.374	1.432.962	1.173.634
Aquisição de empresas	-	-	35.478	-
Provisão constituída	1.049.724	954.541	1.060.071	959.938
Baixa de Provisão (1)	(748.655)	(696.883)	(748.655)	(700.610)
Saldo Final	1.715.101	1.414.032	1.779.856	1.432.962

(1) Decorrente de baixa de faturas, com reconhecimento da perda após período de intensas ações de cobrança.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Estoques de aparelhos para revenda	371.722	328.398	371.722	328.397
Materiais para manutenção de rede e assistência técnica	79.343	77.285	106.214	113.034
Estoques de <i>simcards</i> e acessórios para revenda	19.075	26.640	19.075	26.640
Outros	59.574	84.615	59.574	84.615
	529.714	516.938	556.585	552.686
(-) Provisão para perdas em estoques	(32.453)	(45.113)	(32.453)	(45.113)
	497.261	471.825	524.132	507.573

A movimentação da provisão para perdas em estoques é como segue:

	Controladora/Consolidado	
	2016	2015
Saldo inicial	45.113	43.762
Provisão constituída	4.957	15.401
Baixas	(17.617)	(14.050)
Saldo final	32.453	45.113

A provisão para perda em estoques é constituída com base nos itens em estoque com baixa movimentação, considerados de difícil realização.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

8. Tributos a recuperar e diferidos, líquidos

8.1. Tributos a recuperar, líquidos

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
ICMS a recuperar (1)	979.247	1.164.753	1.036.630	1.219.317
Imposto de renda retido na fonte (2)	682.158	443.896	684.133	453.288
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (4)	78.546	198.793	109.598	271.995
PIS/COFINS	6.443	137.079	9.332	138.205
FINSOCIAL (3)	169.890	200.685	169.890	200.685
Outros	93.957	29.383	102.468	36.417
	2.010.241	2.174.589	2.112.051	2.319.907
Circulante	550.483	1.113.327	616.263	1.228.731
Não circulante	1.459.758	1.061.262	1.495.788	1.091.176

- 1) Na controladora e no consolidado, os créditos de ICMS são oriundos, principalmente, dos investimentos realizados no ativo imobilizado, os quais estão sendo compensados com os débitos provenientes das operações. Esses créditos estão registrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo previsto de realização.
- 2) Trata-se, basicamente, de imposto de renda retido no exterior sobre as prestações de serviços de assistência técnica em telecomunicações bem como sobre as receitas de uso da marca "Claro", a serem utilizados para compensação de IRPJ e CSLL devidos no Brasil em conformidade com a Instrução Normativa SRF 213/2002. Em dezembro de 2015 foi baixado para resultado R\$138.136, esse valor refere-se ao excesso de limite permitido pela legislação para utilização do crédito.
- 3) Trata-se de crédito fiscal oriundo do pagamento a maior do tributo FINSOCIAL, nos períodos-base de setembro de 1989 a março de 1992. A Claro obteve o direito a este crédito fiscal através de decisão judicial transitada em julgado no mês de setembro de 2014, oriundo da incorporada Embratel. Em 31 de dezembro de 2016, houve recebimento de R\$32.777.
- 4) O imposto de renda e contribuição social a recuperar decorre de saldo negativo de imposto de renda e foi parcialmente compensado em 2016.

8.2. Tributos diferidos, líquidos

O ativo fiscal diferido, líquido do passivo fiscal diferido, de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias ativas e passivas foi reconhecido contabilmente pelas controladas, quando aplicável, considerando a ocorrência de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido no CPC 32.

A Companhia e suas controladas têm créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem imprescritíveis, não há data limite para a utilização desses créditos tributários. A compensação dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitados por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica em considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários.

Os créditos tributários diferidos apresentados no consolidado foram constituídos e ajustados no pressuposto de sua realização futura.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

As estimativas de recuperação dos créditos tributários são revisadas, no mínimo, anualmente e estão suportadas por projeções de lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, societárias, estratégicas e de negócios, considerados no encerramento do exercício findo em de 31 de dezembro de 2016.

Os estudos técnicos realizados para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos dentro do prazo estipulado na Instrução Normativa CVM 371/2002. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

	Controladora					
	2016			2015		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ativo fiscal diferido						
Prejuízos fiscais	2.629.429	957.721	3.587.150	2.395.275	873.426	3.268.701
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	738.917	266.010	1.004.927	610.986	219.955	830.941
Provisão para contingências	739.983	266.394	1.006.377	702.707	252.975	955.682
Tributos com exigibilidade suspensa	865.210	311.475	1.176.685	692.635	249.349	941.984
Crédito fiscal incorporado (1)	501.273	180.458	681.731	556.627	200.386	757.013
Outras diferenças temporárias	624.761	224.917	849.678	555.467	199.968	755.435
	6.099.573	2.206.975	8.306.548	5.513.697	1.996.059	7.509.756
Passivo fiscal diferido						
Inovação tecnológica	(3.596)	(695)	(4.291)	(3.596)	(695)	(4.291)
Prêmio sobre emissão de debêntures	(1.776)	(640)	(2.416)	(1.776)	(640)	(2.416)
Correção monetária especial	(18.915)	(6.809)	(25.724)	(18.915)	(6.809)	(25.724)
Intangível	(95.569)	(34.405)	(129.974)	(95.569)	(34.405)	(129.974)
Mais valia de ativo Imobilizado	(803)	(289)	(1.092)	(766)	(276)	(1.042)
Ágio em aquisições (2)	(534.861)	(151.557)	(686.418)	(587.336)	(144.621)	(731.957)
	(655.520)	(194.395)	(849.915)	(707.958)	(187.446)	(895.404)
Ativo fiscal diferido, líquido	5.444.053	2.012.580	7.456.633	4.805.739	1.808.613	6.614.352

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

	Consolidado					
	2016			2015		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ativo fiscal diferido						
Prejuízos fiscais	2.684.566	977.613	3.662.179	2.456.767	895.605	3.352.372
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	742.858	267.429	1.010.287	614.710	221.295	836.005
Provisão para contingências	741.024	266.769	1.007.793	706.946	254.501	961.447
Tributos com exigibilidade suspensa	867.229	312.202	1.179.431	694.654	250.075	944.729
Crédito fiscal incorporado (1)	501.273	180.458	681.731	556.627	200.386	757.013
Outras diferenças temporárias	659.643	237.472	897.115	582.357	209.758	792.115
	6.196.593	2.241.943	8.438.536	5.612.061	2.031.620	7.643.681
Passivo fiscal diferido						
Inovação tecnológica	(3.596)	(695)	(4.291)	(3.617)	(695)	(4.312)
Prêmio sobre emissão de debêntures	(1.776)	(640)	(2.416)	(1.776)	(640)	(2.416)
Correção monetária especial	(18.915)	(6.809)	(25.724)	(18.915)	(6.809)	(25.724)
Intangível	(95.569)	(34.405)	(129.974)	(95.569)	(34.405)	(129.974)
Ativo Imobilizado	(803)	(289)	(1.092)	(766)	(276)	(1.042)
Ágio em aquisições (2)	(534.861)	(151.557)	(686.418)	(587.336)	(144.621)	(731.957)
	(655.520)	(194.395)	(849.915)	(707.979)	(187.446)	(895.425)
Ativo fiscal diferido, líquido	5.541.073	2.047.548	7.588.621	4.904.082	1.844.174	6.748.256

(1) Benefício fiscal oriundo de amortização do ágio vertido da incorporada NET. Conforme instrução CVM 319, bem como interpretação técnica ICP09 (R1) emitido pelo CPC, o referido imposto diferido ativo, teve como contrapartida a rubrica demonstrada "Reserva Especial de Ágio" no patrimônio líquido no montante de R\$975.023, em 31 de dezembro de 2014.

(2) Passivo fiscal diferido oriundo da incorporada NET (combinações de negócios da Vivax Ltda, NET Jundiá Ltda, Big TV e ESC 90), conforme pronunciamento técnico CPC 15, constituição de diferido sobre imobilizado da BrTel.

Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

	Controladora		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	4.805.739	1.808.613	6.614.352
Adições	784.798	263.650	1.048.448
Baixas	(146.484)	(59.683)	(206.167)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.444.053	2.012.580	7.456.633

	Consolidado		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	4.904.082	1.844.174	6.748.256
Adições	770.221	258.389	1.028.610
Baixas	(133.230)	(55.015)	(188.245)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.541.073	2.047.548	7.588.621

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

A tabela abaixo apresenta o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

<u>Ano</u>	<u>Controladora (*)</u>	<u>Consolidado (*)</u>
2017	956.359	984.923
2018	985.305	1.008.010
2019	1.347.099	1.372.413
2020	755.349	781.747
2021	956.149	979.511
2022	607.961	610.059
2023 a 2026	2.698.326	2.701.873
	<u>8.306.548</u>	<u>8.438.536</u>

(*) Corresponde ao total do ativo fiscal diferido, sem incluir o valor dos passivos fiscais diferidos, que é apresentado líquido no balanço patrimonial.

Claro S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

9. Investimentos

Na controladora, a movimentação dos saldos está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2014							Saldos em 31/12/2015						
	Investimento	Ágio	Provisão para perda passivo a descoberto (1)	Resultado da equivalência patrimonial	Amortização de ágio	Outros ajustes de controlada	Ágio	Redução/aumento de capital	Dividendos	Juros sobre capital próprio ("JSCP")	Diferenças cambiais sobre conversão de investimento estrangeiro	Investimento	Ágio	Provisão para perda passivo a descoberto (1)
Claro Corporate	85.284	85.523	-	-	-	423	-	-	-	-	-	85.707	85.523	-
MPO	316	-	-	(1.014)	-	-	-	750	-	-	-	52	-	-
iMusica	-	43.312	(5.965)	(9.463)	(190)	-	1.458	14.480	-	-	138	-	44.580	(810)
BrasilCenter	45.463	-	-	(844)	-	-	-	-	-	-	-	44.619	-	-
TdB	344.720	-	-	(29.704)	-	-	-	(100.000)	(108.901)	-	-	106.115	-	-
Star One	948.953	-	-	214.172	-	-	-	-	-	(46.850)	-	1.116.275	-	-
PMS	514.377	-	-	22.824	-	-	-	-	-	(32.148)	-	505.053	-	-
Net Brasil	3.019	-	-	281	-	-	-	-	-	-	-	3.300	-	-
REYC	190.776	-	-	(45.393)	-	-	-	-	-	-	-	145.383	-	-
ATL Cayman	-	-	(14.461)	-	-	-	-	-	-	-	(6.797)	-	-	(21.258)
Outros	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19	-	-
	<u>2.132.927</u>	<u>128.835</u>	<u>(20.426)</u>	<u>150.859</u>	<u>(190)</u>	<u>423</u>	<u>1.458</u>	<u>(84.770)</u>	<u>(108.901)</u>	<u>(78.998)</u>	<u>(6.659)</u>	<u>2.006.523</u>	<u>130.103</u>	<u>(22.068)</u>
	2.261.762			150.669								2.136.626		

Claro S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

	Saldo em 31/12/2015											Saldo em 31/12/2016		
	Investimento	Ágio	Provisão para perda passivo a descoberto (1)	Resultado da equivalência patrimonial	Amortização de ágio alocado	Aquisições(2)	Ágio (2)	Redução/aumento de capital	Dividendos	Juros sobre capital próprio ("JSCP")	Diferenças cambiais sobre conversão de investimento estrangeiro	Investimento	Ágio	Provisão para perda passivo a descoberto (1)
Claro Corporate	85.707	85.523	-	-	-	-	-	184.495	-	-	-	270.202	85.523	-
MPO	52	-	-	(49)	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
iMusica	-	44.580	(810)	(7.233)	(153)	-	-	-	-	-	(6.276)	-	44.427	(14.319)
BrasilCenter	44.619	-	-	(8.714)	-	-	-	-	-	-	-	35.905	-	-
TdB	106.115	-	-	94.459	-	(130)	-	-	-	(7.860)	-	192.584	-	-
Star One	1.116.275	-	-	183.549	-	130	-	45.000	(247.827)	(40.033)	-	1.057.094	-	-
PMS	505.053	-	-	24.698	-	-	-	68.000	(5.865)	(31.500)	-	560.386	-	-
Net Brasil	3.300	-	-	307	-	-	-	-	(3.398)	-	-	209	-	-
REYC	145.383	-	-	(5.069)	-	-	-	-	-	-	-	140.314	-	-
ATL Cayman	-	-	(21.258)	-	-	-	-	-	-	-	3.515	-	-	(17.743)
BR Tel	-	-	-	(6.450)	(2.654)	17.345	237.434	-	-	-	-	10.895	234.780	-
Outros	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19	-	-
	<u>2.006.523</u>	<u>130.103</u>	<u>(22.068)</u>	<u>275.498</u>	<u>(2.807)</u>	<u>17.345</u>	<u>237.434</u>	<u>297.495</u>	<u>(257.090)</u>	<u>(79.393)</u>	<u>(2.761)</u>	<u>2.267.611</u>	<u>364.730</u>	<u>(32.062)</u>
	2.136.626			272.691								2.632.341		

1) Vide composição da Nota 15 - Provisões

2) Referem-se a aquisição da BrTel

Claro S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Em 11 de março de 2016 foi aprovado o aumento de capital na controlada Claro Corporate, no montante de R\$160.494, representados por 160.494 novas quotas, no valor de R\$1,00(um real), cada uma. Capitalização de crédito decorrente do Contrato de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social (AFAC), celebrado entre a acionista Claro e a Sociedade.

Em 9 de junho de 2016, foi aprovado o aumento de capital na controlada PMS, por meio da capitalização de créditos decorrentes de Contratos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), totalizando R\$68.000.

Em 20 de junho de 2016, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários na controlada Star One, no montante de R\$161.000, à razão de R\$ 1.526,48 por lote de 1.000 ações, sendo R\$156.613, à conta da Reserva de Lucros a Realizar, e R\$4.387, à conta de Reserva de Investimentos, constantes no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Em 28 de junho de 2016, foi aprovado o aumento de capital na controlada Star One, no montante de R\$415.000, por meio da (i) capitalização de créditos decorrentes de Contratos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFACs) celebrados entre a Companhia e a Star One, totalizando R\$45.000, com a emissão de 4.677.755 ações ordinárias e (ii) integralização pela Telmex do Brasil S.A. de R\$370.000, em moeda corrente, com a emissão de 38.461.539 ações ordinárias, que assim, passou a ter 25,88% de participação no capital social da Sociedade, permanecendo os demais 74,12% com a acionista controladora Claro.

Em 30 de agosto de 2016 foi aprovada a proposta de pagamento de JCP na controlada PMS, considerando o valor de Reserva de Lucros existente em 31 de dezembro de 2015, no valor bruto de R\$ 4.500, à razão de R\$ 0,43 por ação.

Em 16 de setembro de 2016 foi aprovado o aumento de capital na Controlada Claro Corporate, no montante de R\$24.000, representados por 24.000 novas quotas, no valor de R\$1,00, cada uma, sendo R\$9.000 Capitalização de crédito decorrente do Contrato de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social (AFAC) e R\$15.000 moeda corrente.

Em 29 de setembro de 2016, foi aprovada a proposta de pagamento de JCP na controlada PMS, considerando o valor da Reserva de Lucros existente em 31 de dezembro de 2015, no valor bruto de R\$13.500, à razão de R\$1,28 por ação.

Em 30 de setembro de 2016, foi aprovado a proposta de pagamento de JCP na controlada TdB, a serem imputados aos dividendos obrigatórios do exercício financeiro de 2016, no valor bruto de R\$3.500, à razão de R\$25,64 por lote de 1000 ações.

Claro S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Em 28 de outubro de 2016, foi aprovada a proposta de pagamento de JCP na controlada PMS, considerando o valor da Reserva de Lucros existente em 31 de dezembro de 2015, no valor bruto de R\$6.500, à razão de R\$0,62 por ação.

Em 16 de novembro de 2016 foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos na controlada Net Brasil, no montante de R\$3.400, sendo: (a) R\$3.242 à conta da Reserva de Lucros constantes no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro 2015, à razão de R\$1.543,92 por ação e (b) R\$158 como dividendo intercalar, à razão de R\$75,13 por ação, considerando o resultado apurado no balanço intermediário levantado com data-base 31 de outubro de 2016.

Em 16 de novembro de 2016, foi aprovada a proposta na controlada Star One de:

(i) distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$77.488, à razão de R\$521,42 por lote de 1000 ações, à conta Reserva de Investimentos constantes no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro 2015 e (ii) pagamento de JCP, considerando o valor da Reserva de Investimento existente em 31 de dezembro de 2015, no valor bruto de R\$32.512, à razão de R\$218,77 por lote de 1.000 ações.

Em 29 de novembro de 2016, foi aprovada a proposta de pagamento de JCP na controlada PMS, considerando o valor da Reserva de Lucros existente em 31 de dezembro de 2015, no valor bruto de R\$3.000, à razão de R\$0,28486 por ação.

Em 28 de dezembro de 2016, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários na controlada Star One, no montante de R\$37.500, à razão de R\$252,34 por lote de 1.000 ações, à conta de Reserva de Lucros a Realizar, constantes no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Em 29 de dezembro de 2016, foi aprovada a proposta de pagamento de JCP na controlada PMS, considerando o valor da Reserva de Lucros existente em 31 de dezembro de 2015, no valor bruto de R\$4.000, à razão de R\$0,38 por ação.

Em 29 de dezembro de 2016, foi aprovada a proposta de pagamento de JCP na controlada TdB, a serem imputados aos dividendos obrigatórios do exercício financeiro de 2016, no valor bruto de R\$4.360, à razão de R\$0,032 líquido por ação.

Em 30 de dezembro de 2016, foi aprovada a proposta de pagamento de JCP na controlada Star One, considerando o valor da Reserva de Lucros existente em 31 de dezembro de 2015, no valor bruto de R\$21.500, à razão de R\$144,67 por lote de ações.

Em 31 de dezembro de 2016, a controlada Star One constituiu o dividendo mínimo obrigatório de R\$2.157.

Claro S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2016, a controlada PMS constituiu o dividendo mínimo obrigatório de R\$5.867.

Aquisição BrTel

Em 2016 a Companhia adquiriu 100% do controle acionário da BrTel, sociedade que opera no mercado de televisão por assinatura e internet banda larga em algumas cidades dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A aquisição da BrTel foi efetivada após autorizações concedidas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, em 11 de dezembro de 2015 e 15 de janeiro de 2016, respectivamente.

A Administração finalizou o processo de elaboração dos valores individualizados dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos referentes ao investimento com os respectivos valores contábeis e valores justos da adquirida, de acordo com o CPC 15 e a Lei nº 12.973/14. O total da transação foi de R\$254.780 superando seu respectivo valor patrimonial em R\$237.435, o qual se divide em diferença entre o valor contábil e o de mercado de bens do ativo imobilizado e intangível, no montante de R\$4.767 e R\$10.821 respectivamente, líquido de IR/CSLL diferidos e ágio fundamentado na expectativa de resultados futuros, no montante de R\$221.847.

O ágio apurado na transação será dedutível para fins fiscais respeitadas as condições previstas na legislação fiscal vigente.

A Administração acredita que os benefícios da transação incluem a possibilidade de crescimento das receitas de TV por assinatura, por meio da oferta de um conteúdo mais atrativo aos clientes, lançamento da plataforma de TV digital e fortalecimento da plataforma de internet de banda larga no mercado coberto pela BrTel. A Administração também acredita que se beneficiará em médio prazo por meio de redução de custos e em decorrência de sinergias operacionais e financeiras, bem como em relação a sua posição competitiva junto a seus concorrentes atuais e futuros.

Claro S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Demonstramos a seguir, a composição do valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos da BrTel em 31 de janeiro de 2016:

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE JANEIRO DE 2016			
ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante	29.891	Passivo Circulante	42.365
Realizável a longo prazo	7.232		
Imobilizado	133.295		
Intangível	44.561		
Ativo Não Circulante	185.088	Passivo não Circulante	139.681
		Valor justo dos ativos adquiridos	182.046
		Valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos	32.933
		Ágio	221.847
Valor justo dos ativos adquiridos	214.979	Valor da aquisição	254.780

Em 31 de dezembro de 2016, os detalhes das principais controladas diretas e coligada, são como se seguem:

Controladas diretas/coligada	Lucro (prejuízo) líquido	Patrimônio líquido	Quantidade de ações/ (lotes de mil)		% de participação	
			Ordinárias/quotas	Preferenciais	Total	Capital votante
Claro Corporate	-	270.201	270.201	-	100,00	100,00
MPO	(98)	6	1.413.069	-	50,00	50,00
iMusica	(7.233)	(14.319)	14.641	-	100,00	100,00
TdB	94.459	192.584	58.020	58.020	100,00	100,00
BrasilCenter	(8.714)	35.904	95.839	-	100,00	100,00
Star One	227.090	1.426.207	110.149	-	74,12	74,12
PMS	24.698	560.386	3.697	5.254	100,00	100,00
Net Brasil	307	207	2.099	-	99,95	99,95
REYC	(5.069)	140.313	5.283	-	100,00	100,00
BrTel	(6.450)	10.896	27.507.077	4.153.165	100,00	100,00

Claro S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

10. Imobilizado

a) Composição

	Vida útil estimada em anos	Controladora			2015
		2016			
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Equipamentos de transmissão	3,5,7,8,10 e 20	52.270.999	(36.200.170)	16.070.829	16.506.703
Infraestrutura	5,10,20 e 25	7.737.563	(5.148.924)	2.588.639	2.767.898
Equipamentos de comutação	3,4,5,7 e 10	14.295.263	(11.627.570)	2.667.693	2.870.310
Prédios	20 e 25	1.346.219	(1.104.383)	241.836	266.656
Terrenos	-	239.018	-	239.018	239.047
Outros ativos imobilizados	3,5 e 10	4.997.363	(3.248.125)	1.749.238	1.801.269
Ajuste ao valor de realização ("Impairment")		(1.165.616)	1.160.328	(5.288)	(8.074)
Imobilizado em andamento		3.051.221	-	3.051.221	3.134.264
		82.772.030	(56.168.844)	26.603.186	27.578.073

	Vida útil estimada em anos	Consolidado			2015
		2016			
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Equipamentos de transmissão	3,5,7,8,10,12,20	55.921.889	(38.583.651)	17.338.238	17.867.710
Infraestrutura	5,10,20 e 25	8.064.809	(5.421.765)	2.643.044	2.812.887
Equipamentos de comutação	3,4,5,7 e 10	14.745.111	(11.840.971)	2.904.140	3.110.411
Prédios	20 e 25	1.360.691	(1.110.377)	250.314	272.251
Terrenos	-	419.533	-	419.533	416.282
Outros ativos imobilizados	3,5 e 10	5.194.002	(3.386.874)	1.807.128	1.833.919
Ajuste ao valor de realização ("Impairment")		(1.360.769)	1.337.145	(23.624)	(28.857)
Imobilizado em andamento		4.672.241	-	4.672.241	4.627.590
		89.017.507	(59.006.493)	30.011.014	30.912.193

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

b) Movimentação

	Controladora								
	Equipamentos de transmissão	Infraestrutura	Equipamentos de comutação	Prédios	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Ajuste a valor de realização "Impairment"	Imobilizado em andamento	Total
Custo									
Saldos em 31/12/2014	43.116.263	6.686.690	12.253.985	1.330.754	237.432	4.161.004	(1.165.622)	3.989.254	70.609.760
Adições	2.924.027	106.594	4	2.402	1.465	310.951	-	4.147.220	7.492.663
Baixas	(201.947)	(5.642)	(57.655)	-	-	(14.931)	-	(16.775)	(296.950)
Transferências (1)	2.605.380	552.122	1.329.828	3.633	150	285.287	-	(4.985.435)	(209.035)
Saldos em 31/12/2015	48.443.723	7.339.764	13.526.162	1.336.789	239.047	4.742.311	(1.165.622)	3.134.264	77.596.438
Adições	2.255.343	14.818	(6.246)	1.116	-	110.652	-	3.107.946	5.483.629
Baixas	(117.401)	(4.729)	(86.688)	-	-	204	6	(3.023)	(211.631)
Transferências (1)	1.689.334	387.710	862.035	8.314	(29)	144.196	-	(3.187.966)	(96.406)
Saldos em 31/12/2016	52.270.999	7.737.563	14.295.263	1.346.219	239.018	4.997.363	(1.165.616)	3.051.221	82.772.030
Depreciação									
Saldos em 31/12/2014	(27.035.311)	(4.005.066)	(9.624.194)	(1.033.106)	-	(3.542.273)	1.154.499	-	(44.085.451)
Adições	(4.126.885)	(572.600)	(1.089.267)	(37.027)	-	(385.577)	3.049	-	(6.208.307)
Baixas	199.925	5.618	57.611	-	-	12.243	-	-	275.397
Transferências (1)	(974.749)	182	(2)	-	-	974.565	-	-	(4)
Saldos em 31/12/2015	(31.937.020)	(4.571.866)	(10.655.852)	(1.070.133)	-	(2.941.042)	1.157.548	-	(50.018.365)
Adições	(4.375.274)	(581.392)	(1.061.737)	(34.282)	-	(312.080)	2.786	-	(6.361.979)
Baixas	112.480	4.368	86.415	-	-	4.714	(6)	-	207.971
Transferências (1)	(356)	(34)	3.604	32	-	283	-	-	3.529
Saldos em 31/12/2016	(36.200.170)	(5.148.924)	(11.627.570)	(1.104.383)	-	(3.248.125)	1.160.328	-	(56.168.844)
Saldos líquidos em 31/12/2014	16.080.952	2.681.624	2.629.791	297.648	237.432	618.731	(11.123)	3.989.254	26.524.309
Saldos líquidos em 31/12/2015	16.506.703	2.767.898	2.870.310	266.656	239.047	1.801.269	(8.074)	3.134.264	27.578.073
Saldos líquidos em 31/12/2016	16.070.829	2.588.639	2.667.693	241.836	239.018	1.749.238	(5.288)	3.051.221	26.603.186

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

	Consolidado								
	Equipamentos de transmissão	Infraestrutura	Equipamentos de comutação	Prédios	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Ajuste a valor de realização "Impairment"	Imobilizado em andamento (2)	Total
Custo									
Saldos em 31/12/2014	45.825.021	6.999.321	12.572.214	1.340.937	329.143	4.380.393	(1.360.775)	5.693.325	75.779.579
Adições	2.796.996	106.893	4	2.402	1.465	293.067	-	4.948.757	8.149.584
Baixas	(201.947)	(5.647)	(57.655)	-	-	(15.142)	-	(16.499)	(296.890)
Transferências (1)	3.468.811	552.397	1.420.439	4.025	85.674	226.252	-	(5.997.993)	(240.395)
Saldos em 31/12/2015	51.888.881	7.652.964	13.935.002	1.347.364	416.282	4.884.570	(1.360.775)	4.627.590	83.391.878
Adições	2.176.422	14.016	(6.246)	678	-	113.395	-	3.401.610	5.699.875
Baixas	(117.169)	(4.752)	(86.689)	-	-	(2.485)	6	(2.397)	(213.486)
Aquisição de empresas	225.116	1.462	-	3.134	3.279	7.186	-	10	240.187
Transferências (1)	1.748.639	401.119	903.044	9.515	(28)	191.336	-	(3.354.572)	(100.947)
Saldos em 31/12/2016	55.921.889	8.064.809	14.745.111	1.360.691	419.533	5.194.002	(1.360.769)	4.672.241	89.017.507
Depreciação									
Saldos em 31/12/2014	(28.986.869)	(4.265.217)	(9.759.750)	(1.037.471)	-	(3.639.352)	1.326.416	-	(46.362.243)
Adições	(4.259.353)	(580.772)	(1.122.465)	(37.642)	-	(398.939)	5.502	-	(6.393.669)
Baixas	199.925	5.618	57.611	-	-	13.075	-	-	276.229
Transferências (1)	(974.874)	294	13	-	-	974.565	-	-	(2)
Saldos em 31/12/2015	(34.021.171)	(4.840.077)	(10.824.591)	(1.075.113)	-	(3.050.651)	1.331.918	-	(52.479.685)
Adições	(4.577.049)	(588.249)	(1.106.399)	(34.928)	-	(330.664)	5.234	-	(6.632.055)
Baixas	112.542	4.368	86.419	-	-	5.286	(7)	-	208.608
Aquisição de empresas	(102.734)	(101)	-	(368)	-	(3.690)	-	-	(106.893)
Transferências (1)	4.761	2.294	3.600	32	-	(7.155)	-	-	3.532
Saldos em 31/12/2016	(38.583.651)	(5.421.765)	(11.840.971)	(1.110.377)	-	(3.386.874)	1.337.145	-	(59.006.493)
Saldos líquidos em 31/12/2014	16.838.152	2.734.104	2.812.464	303.466	329.143	741.041	(34.359)	5.693.325	29.417.336
Saldos líquidos em 31/12/2015	17.867.710	2.812.887	3.110.411	272.251	416.282	1.833.919	(28.857)	4.627.590	30.912.193
Saldos líquidos em 31/12/2016	17.338.238	2.643.044	2.904.140	250.314	419.533	1.807.128	(23.624)	4.672.241	30.011.014

1) Representam transferências de imobilizado em andamento para operação bem como para o intangível.

2) O saldo do imobilizado em andamento é constituído principalmente por gastos com obras civis e equipamentos para a construção de rede de telefonia celular, principalmente, pela implantação das redes de quarta geração (4G) e construção de satélites pela controlada Star One.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

1) Bens vinculados aos contratos de concessão

Os contratos de concessão de serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional, firmados pela Claro, estabelecem a reversibilidade dos bens indispensáveis a prestação dos serviços objeto das concessões, de modo a garantir a continuidade destes ao final das concessões.

Com relação a tais bens considerados reversíveis, a Lei Geral das Telecomunicações e a regulamentação da ANATEL dispõem que os mesmos estão vinculados aos serviços sob concessão, não podendo ser desvinculados, alienados, substituídos ou onerados sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

2) Bens dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2016, a Claro possui imóveis e outros ativos imobilizados, arrolados e/ou nomeados à penhora em processos judiciais em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$555.070 (R\$511.525 em 31 de dezembro de 2015).

3) Satélite Star One D1

Em 9 de julho de 2013, a controlada Star One assinou contrato com a SSL para entrega em órbita do satélite Star One D1, cujo lançamento bem-sucedido em 21 de dezembro de 2016 que garantirá a continuidade dos serviços em Banda C. Ele terá ainda nova capacidade em Banda Ku para atender às demandas de dados, vídeo e internet de clientes corporativos e de governo no Brasil, nas Américas do Sul e Central, incluindo o México. Além disso, o novo satélite vai inaugurar a quarta geração de satélites da controlada Star One, focada em Banda Ka, voltada primariamente para o atendimento ao Plano Nacional de Banda Larga e backhaul de celular. A cobertura de Banda Ka do novo satélite vai abranger as regiões Nordeste, Sul, Sudeste e partes das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil. Em 31 de dezembro de 2016, o montante relacionado a esse contrato está registrado na rubrica imobilizado em andamento, totalizando R\$1.290.593 (R\$1.033.390 em 31 de dezembro de 2015).

4) Satélite Star One C4

Em 15 de julho de 2015, ocorreu o lançamento bem-sucedido do satélite Star One C4, novo integrante da terceira geração de satélites da controlada, a partir da base Kourou localizada na Guiana Francesa. Este satélite assegura a expansão dos serviços de DTH da Claro hdtv no Brasil e das demais operadoras de DTH do Grupo América Móvil nas Américas do Sul e Central, além de trazer capacidade adicional para serviços de vídeo, dados e internet para o mercado.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

O satélite Star One C4 está localizado na posição orbital de 70°W. Essa posição é considerada "hot position" por transmitir os sinais das maiores emissoras de televisão do país e ainda um parque de 22 a 25 milhões de antenas parabólicas apontadas.

Em 31 de dezembro de 2016, o valor líquido consolidado é de R\$631.468 (R\$704.894 em 31 de dezembro de 2015).

5) Juros capitalizados

A controlada Star One adota como prática capitalizar mensalmente os custos de empréstimos durante o período de construção de seus ativos qualificáveis (satélites), líquidos de receitas financeiras em conformidade com as práticas estabelecidas pelo CPC 20 (R1).

6) Revisão da vida útil

A administração da Companhia revisa anualmente a vida útil do seu ativo. Tal revisão é suportada com dados históricos, mudança no ambiente econômico em que a Companhia atua e com base na avaliação técnica profissional. Com base na revisão da vida útil econômica remanescente a Administração concluiu que a estimativa de vida útil do seu ativo imobilizado representa adequadamente a vida econômica do ativo e não identificou ajustes nas taxas de depreciação em 2016.

7) Análise de recuperabilidade dos ativos não financeiros

Conforme descrito na Nota 3.12, a Companhia e suas controladas efetuaram análise dos indicativos de perda para os ativos imobilizado e intangível, bem como efetuaram o estudo de recuperabilidade, calculando o valor em uso das unidades geradoras de caixa para comparação com os valores contábeis. Como resultado, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade dos ativos não financeiros.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

11. Intangível

a) Composição

	Vida útil estimada em anos	Controladora			2015
		2016		Líquido	
		Custo	Amortização acumulada		
Licenças de outorga (1)	6,15 e 20	14.085.099	(9.676.120)	4.408.979	1.646.873
Direito de uso de software	5	4.012.049	(2.691.681)	1.320.368	1.191.223
Ágio	-	3.441.902	(173.164)	3.268.738	3.268.738
Direito de uso de circuitos e de passagem	5,12,15,20 e 30	1.229.136	(435.422)	793.714	872.003
Fundo de comércio	1	91.576	(88.484)	3.092	3.714
Outros ativos intangíveis	5,10 e 20	108.577	(93.098)	15.479	16.764
Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças	3,7 – 6,7 e 10,75	1.711.893	(1.007.012)	704.881	849.733
Ajuste ao valor de realização (<i>Impairment</i>)		(157.725)	157.725	-	-
Intangível em andamento (2)	-	375.902	-	375.902	3.191.770
		24.898.409	(14.007.256)	10.891.153	11.040.818

	Vida útil estimada em anos	Consolidado			2015
		2016		Líquido	
		Custo	Amortização acumulada		
Licenças de outorga (1)	6,15 e 20	14.185.438	(9.718.491)	4.466.947	1.711.508
Direito de uso de software	5	4.273.432	(2.886.036)	1.387.396	1.243.759
Ágio	-	3.705.809	(173.164)	3.532.645	3.310.797
Direito de uso de circuitos e de passagem	5,12,15,20 e 30	1.240.753	(447.038)	793.715	871.779
Fundo de comércio	1	91.576	(88.484)	3.092	3.714
Outros ativos intangíveis	5,10 e 20	123.240	(100.461)	22.779	28.242
Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças	3,7 – 6,7 e 10,75	1.762.824	(1.020.096)	742.728	853.552
Ajuste ao valor de realização (<i>Impairment</i>)		(163.234)	163.234	-	-
Intangível em andamento (2)	-	383.836	-	383.836	3.209.053
		25.603.674	(14.270.536)	11.333.138	11.232.404

- (1) As licenças de outorga de frequência referem-se ao direito de exploração do serviço móvel celular. O prazo para a exploração é de 15 anos renovável por igual período, a título oneroso e mediante o cumprimento das condições da outorga, sujeita à fiscalização da ANATEL e subordinadas às normas que regulamentam a exploração do Serviço Móvel Pessoal.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

- (2) No leilão para venda das faixas de frequência de 700 MHz nacionais, realizado pela ANATEL em 30 de setembro de 2014, a Claro foi a vencedora em um dos lotes ofertados. Em 8 de dezembro de 2014, foi publicado no DOU o extrato do Termo de Autorização assinado junto à ANATEL. O valor total desta licença atualizada em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$2.964.976, registrado na linha de intangível em andamento em 31 de dezembro de 2014, sendo: R\$1.739.118 referente ao valor total da licença de 700 MHz, pago na data da assinatura do Termo de Autorização; e R\$1.225.858 (transação sem efeito caixa, ajustado a valor presente), referente à parcela de responsabilidade da Claro decorrente do contrato assinado junto à ANATEL, onde as operadoras vencedoras deste leilão tem que constituir em até 90 dias, a Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV ("EAD"), a qual será responsável pela operacionalização de forma isonômica de todos os procedimentos de redistribuição de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação. Os recursos para estes procedimentos deverão ser repassados pelas operadoras em 4 parcelas anuais corrigidas pelo IGP-DI, sendo que a segunda parcela referente ao pagamento de 31 de janeiro de 2016 foi postergada por 12 meses, conforme Aditivo ao Termo assinado em 15 de fevereiro de 2016. Os montantes do Termo de Autorização, descritos acima, foram considerados como bens de ativo intangível em agosto de 2016 e estão sendo amortizados pelos prazos remanescentes da licença estipulados no Termo de Autorização. A entidade EAD foi constituída em 10 de março de 2015. Em 09 de abril de 2015 foi paga a 1ª parcela de 4, o montante de R\$37 0.378. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram capitalizados juros no montante de R\$43.935 (R\$96.209 em 31 de dezembro de 2015).

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

b) Movimentação

	Controladora									
	Licenças de outorga	Direito de uso de software	Ágio	Direito de uso de circuitos	Fundo de comércio	Outros ativos intangíveis	Carteira de clientes/ contrato de uso da marca/ outras licenças	Ajuste a valor de realização <i>Impairment</i>	Intangível em andamento	Total
Custo										
Saldos em 31/12/2014	10.883.141	3.241.373	3.715.527	779.604	90.988	105.812	1.416.595	(157.725)	2.912.599	22.987.914
Adições	77.962	343.581	-	-	-	-	131	-	640.612	1.062.286
Baixas	(7.256)	-	-	(379)	-	-	-	-	-	(7.635)
Transferências (1)	14.547	110.327	(273.625)	445.383	219	1.043	272.582	-	(361.441)	209.035
Saldos em 31/12/2015	10.968.394	3.695.281	3.441.902	1.224.608	91.207	106.855	1.689.308	(157.725)	3.191.770	24.251.600
Adições	-	133.671	-	-	-	1.722	22.585	-	392.425	550.403
Transferências (1)	3.116.705	183.097	-	4.528	369	-	-	-	(3.208.293)	96.406
Saldos em 31/12/2016	14.085.099	4.012.049	3.441.902	1.229.136	91.576	108.577	1.711.893	(157.725)	375.902	24.898.409
Amortização										
Saldos em 31/12/2014	(9.027.632)	(2.355.289)	(285.853)	(299.863)	(86.042)	(82.270)	(582.778)	157.725	-	(12.562.002)
Adições	(293.889)	(148.770)	-	(53.122)	(1.451)	(6.820)	(145.109)	-	-	(649.161)
Baixas	-	-	-	380	-	-	-	-	-	380
Transferências (1)	-	1	112.689	-	-	(1.001)	(111.688)	-	-	1
Saldos em 31/12/2015	(9.321.521)	(2.504.058)	(173.164)	(352.605)	(87.493)	(90.091)	(839.575)	157.725	-	(13.210.782)
Adições	(354.599)	(184.093)	-	(82.817)	(991)	(4.050)	(166.395)	-	-	(792.945)
Transferências (1)	-	(3.530)	-	-	-	1.043	(1.042)	-	-	(3.529)
Saldos em 31/12/2016	(9.676.120)	(2.691.681)	(173.164)	(435.422)	(88.484)	(93.098)	(1.007.012)	157.725	-	(14.007.256)
Saldos líquidos em 31/12/2014	1.855.509	886.084	3.429.674	479.741	4.946	23.542	833.817	-	2.912.599	10.425.912
Saldos líquidos em 31/12/2015	1.646.873	1.191.223	3.268.738	872.003	3.714	16.764	849.733	-	3.191.770	11.040.818
Saldos líquidos em 31/12/2016	4.408.979	1.320.368	3.268.738	793.714	3.092	15.479	704.881	-	375.902	10.891.153

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

	Consolidado									
	Licenças de outorga	Direito de uso de software	Ágio	Direito de uso de circuitos	Fundo de comércio	Outros ativos intangíveis	Carteira de clientes/ contrato de uso da marca/outras licenças	Ajuste a valor de realização <i>Impairment</i>	Intangível em andamento	Total
Custo										
Saldos em 31/12/2014	10.983.481	3.426.967	3.715.527	791.221	90.988	151.987	1.416.595	(163.234)	2.928.066	23.341.598
Adições	77.962	343.963	1.459	-	-	507	131	-	662.613	1.086.635
Baixas	(7.257)	(46)	-	(379)	-	(128)	-	-	-	(7.810)
Transferências (1)	14.547	148.770	(233.025)	445.383	219	(29.168)	276.690	-	(381.626)	241.790
Saldos em 31/12/2015	11.068.733	3.919.654	3.483.961	1.236.225	91.207	123.198	1.693.416	(163.234)	3.209.053	24.662.213
Adições	-	135.226	-	-	-	42	23.000	-	407.286	565.554
Aquisição de empresas	-	6.704	221.848	-	-	-	46.408	-	-	274.960
Transferências (1)	3.116.705	211.848	-	4.528	369	-	-	-	(3.232.503)	100.947
Saldos em 31/12/2016	14.185.438	4.273.432	3.705.809	1.240.753	91.576	123.240	1.762.824	(163.234)	383.836	25.603.674
Amortização										
Saldos em 31/12/2014	(9.056.670)	(2.516.115)	(285.853)	(310.705)	(86.042)	(83.877)	(582.778)	162.978	-	(12.759.062)
Adições	(300.555)	(159.723)	-	(54.140)	(1.451)	(8.874)	(145.397)	256	-	(669.884)
Baixas	-	(57)	-	399	-	(1.204)	-	-	-	(862)
Transferências (1)	-	-	112.689	-	-	(1.001)	(111.689)	-	-	(1)
Saldos em 31/12/2015	(9.357.225)	(2.675.895)	(173.164)	(364.446)	(87.493)	(94.956)	(839.864)	163.234	-	(13.429.809)
Adições	(361.266)	(201.258)	-	(84.191)	(991)	(6.546)	(174.393)	-	-	(828.645)
Aquisição de empresas	-	(3.753)	-	-	-	-	(4.797)	-	-	(8.550)
Transferências (1)	-	(5.130)	-	1.599	-	1.041	(1.042)	-	-	(3.532)
Saldos em 31/12/2016	(9.718.491)	(2.886.036)	(173.164)	(447.038)	(88.484)	(100.461)	(1.020.096)	163.234	-	(14.270.536)
Saldos líquidos em 31/12/2014	1.926.811	910.852	3.429.674	480.516	4.946	68.110	833.817	(256)	2.928.066	10.582.536
Saldos líquidos em 31/12/2015	1.711.508	1.243.759	3.310.797	871.779	3.714	28.242	853.552	-	3.209.053	11.232.404
Saldos líquidos em 31/12/2016	4.466.947	1.387.396	3.532.645	793.715	3.092	22.779	742.728	-	383.836	11.333.138

1) Representam transferências do intangível em andamento para operação bem como do imobilizado para o intangível.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
	(Reclassificado)		(Reclassificado)	
Fornecedores de imobilizado, intangível e de materiais e serviços				
Fornecedores diversos	7.114.930	6.895.899	7.447.692	7.238.202
Interconexão e <i>roaming</i>	96.228	149.566	96.228	149.566
<i>Cobilling</i>	30.713	23.860	30.713	23.860
	7.241.871	7.069.325	7.574.633	7.411.628
Circulante	7.099.596	6.589.680	7.432.017	6.931.983
Não Circulante	142.275	479.645	142.616	479.645

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora					
	2016			2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Debêntures (a)	-	-	-	1.064.477	2.550.000	3.614.477
Finame (b)	258.461	250.970	509.431	357.592	250.581	608.173
Total da dívida	258.461	250.970	509.431	1.422.069	2.800.581	4.222.650
	Consolidado					
	2016			2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Debêntures (a)	185.877	-	185.877	1.848.195	2.484.308	4.332.503
Finame (b)	258.461	250.970	509.431	357.592	250.580	608.172
Total da dívida	444.338	250.970	695.308	2.205.787	2.734.888	4.940.675

Os empréstimos, financiamentos e debêntures contratados são para cobertura das necessidades operacionais das controladas. Em 31 de dezembro de 2016, a posição de endividamento, consolidada, era:

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

	Controladora		
	2016		
	Montante	%	Custo médio da dívida
Em moeda nacional			
Finame	509.431	100,0	62,7% CDI
Total da dívida	509.431	100,0	62,7% CDI

	Consolidado		
	2016		
	Montante	%	Custo médio da dívida
Em moeda nacional			
Debêntures	185.877	26,7	113,0% CDI
Finame	509.431	73,3	62,7% CDI
Total da dívida	695.308	100,0	94,5% CDI

a) Debêntures

Em 29 de janeiro de 2016, a Companhia liquidou a totalidade de suas debêntures, num valor total de principal R\$3.500.000 e juros R\$129.527.

Em 28 de junho de 2016, a Companhia, através de suas controladas, liquidou 2.860 debêntures, no valor total de principal R\$286.000 e juros R\$ 85.150 das 9.500 debêntures quirografárias, não conversíveis em ações, emitidas em junho e julho de 2014 por sua controlada Star One, no montante original de R\$950.000, com prazo de vencimento de 2 anos. A liquidação do saldo remanescente de 6.640 debêntures, no valor total de principal de R\$666.206 e juros R\$204.724, ocorreu em 25 de julho de 2016, utilizando-se valores obtidos pela segunda emissão de debêntures.

Em 25 de julho de 2016, a controlada Star One emitiu 8.700 debêntures quirografárias (segunda emissão), não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$100, totalizando R\$870.000 com prazo de vencimento de 1 ano, remuneradas a 113% do CDI com pagamento semestral de juros. Essa segunda série de debêntures foi emitida com o objetivo de liquidar a totalidade da primeira emissão.

Em 05 de dezembro de 2016, foi alterada a periodicidade do pagamento de juros remuneratórios das debêntures, passando a vencimentos de juros mensais, sempre no dia 25 de cada mês, a partir do primeiro pagamento em 25 de janeiro de 2017.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação e também não possuem qualquer forma de garantia ao credor.

b) Finame

Refere-se ao financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (“BNDES”) visando à expansão e modernização da rede de serviços.

Para todas as liberações de Finame, o prazo para amortização do valor de principal é até 2021, com taxas de juros variando de 3,0% a 9,5% a.a. e URTJLP.

Nas operações de Finame, os próprios equipamentos financiados se constituem em garantias fiduciárias.

c) Compromissos financeiros e não financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia e suas controladas estão em cumprimento com as cláusulas de compromissos não financeiros apresentadas em seus contratos de financiamentos e debêntures. Não há compromissos financeiros.

14. Obrigações fiscais e tributos diferidos, líquidos

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Obrigações fiscais, líquidas				
FUST/FUNTEL /FISTEL	207.345	189.750	208.174	190.435
ICMS	-	-	7.667	4.752
PIS, COFINS, IRRF, IRPJ e CSLL	40.488	10.869	47.892	15.949
ISS	10.855	13.202	11.575	14.051
Outros	13.307	4.819	23.355	8.716
Total	271.995	218.640	298.663	233.903
Circulante	127.378	73.917	148.192	88.783
Não circulante	144.617	144.723	150.471	145.120
Tributos diferidos, líquidos				
Depreciação diferida dos satélites (1)			120.615	86.928
Juros capitalizados			135.156	74.745
Tributos diferidos na aquisição da BrTel (2)			28.824	-
Outras diferenças temporárias			(17.785)	(11.185)
			266.810	150.488

(1) Em 2015 foi iniciada a depreciação por turno para fins fiscais.

(2) A Companhia adquiriu a controlada BrTel e reconheceu passivo diferido sobre diferenças temporárias calculadas sobre ajustes no balanço da adquirida.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

15. Provisões

Natureza	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Contingências				
Tributárias	4.615.814	3.932.346	4.690.391	3.943.859
Regulatórias, cíveis e ambientais	1.256.788	1.167.034	1.260.135	1.179.989
Trabalhistas e previdenciárias	412.843	406.140	421.718	415.043
	6.285.445	5.505.520	6.372.244	5.538.891
Provisão para desmantelamento de ativos	588.353	609.737	588.353	609.737
Participação de empregados no resultado	302.214	370.129	324.232	384.066
Provisão para perdas com investimentos	32.063	22.068	-	-
Total de provisões	7.208.075	6.507.454	7.284.829	6.532.694
Circulante	367.111	438.870	389.141	452.845
Não circulante	6.840.964	6.068.584	6.895.688	6.079.849

15.1. Contingências

A movimentação dos saldos de contingências prováveis na controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Tributárias	Cíveis, Consumidor e regulatório		Total
		Trabalhistas e previdenciárias		
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.134.171	1.131.270	379.689	4.645.130
Adições	540.570	172.141	138.712	851.423
Baixas/reversões	(71.969)	(181.730)	(112.579)	(366.278)
Atualização monetária	329.574	45.353	318	375.245
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.932.346	1.167.034	406.140	5.505.520
Adições	395.239	512.188	311.074	1.218.501
Baixas/reversões	(48.179)	(479.682)	(308.620)	(836.481)
Atualização monetária	336.408	57.248	4.249	397.905
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.615.814	1.256.788	412.843	6.285.445

Depósitos e bloqueios judiciais:

	Controladora	
	2016	2015
Depósitos judiciais		
Tributário	2.107.738	1.950.395
Trabalhista	256.577	248.585
Cível e regulatório	479.172	464.125
Bloqueios judiciais	37.052	29.353
Total	2.880.539	2.692.458

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis, Consumidor e regulatório	Trabalhistas e previdenciárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.146.733	1.142.948	389.520	4.679.201
Adições/transferências	540.910	172.215	140.814	853.939
Baixas/reversões	(73.631)	(181.752)	(115.609)	(370.992)
Atualização monetária	329.847	46.578	318	376.743
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.943.859	1.179.989	415.043	5.538.891
Adições/transferências	400.562	512.916	313.689	1.227.167
Baixas/reversões	(59.749)	(493.408)	(313.133)	(866.290)
Atualização monetária	336.855	57.646	4.298	398.799
Aquisição de empresas	68.864	2.992	1.821	73.677
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.690.391	1.260.135	421.718	6.372.244

Depósitos e bloqueios judiciais:

	Consolidado	
	2016	2015
Depósitos judiciais		
Tributário	2.112.494	1.954.477
Trabalhista	264.648	257.620
Cível e regulatório	486.324	468.573
Bloqueios judiciais	37.070	29.352
Total	2.900.536	2.710.022

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza tributária, cível, regulatória e trabalhista. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas. As demandas judiciais são como segue:

15.1.1 Contingências tributárias

Segue abaixo descrição das principais contingências tributárias da Companhia e suas controladas. As contingências cujo desfecho desfavorável é considerado como possível não estão provisionadas, conforme previsto no CPC 25 (IAS 37).

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

a) ICMS

A Claro e as suas controladas Star One, PMS, BrTel e TdB possuem contingências fiscais de ICMS no valor de R\$8.939.046 (R\$7.364.118, em 31 de dezembro de 2015), do qual foi provisionado o valor de R\$541.815 (R\$483.324 em 31 de dezembro de 2015). Dentre as contingências de ICMS, destacamos:

A controlada Star One possui autuações fiscais para exigência de ICMS principalmente sobre a cessão de capacidade satelital. Em 31 de dezembro de 2016, essas causas montam a R\$3.713.471 (R\$2.841.546 em 31 de dezembro de 2015), as quais foram avaliadas como possíveis de perda pela Administração e seus consultores jurídicos.

A Claro possui também autuações fiscais de ICMS, em razão da declaração de inconstitucionalidade de determinados benefícios concedidos pelos Estados em desacordo com a Lei Complementar nº 24/75. O valor dessas contingências é de R\$406.678 em 31 de dezembro de 2016 (R\$375.448 em 31 de dezembro de 2015) e a probabilidade de perda dessas causas é classificada como possível pela Administração e seus consultores jurídicos da Companhia.

A Claro possui contingências fiscais, oriundas da incorporada NET, referente a exigência de ICMS, pelos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, em razão da não tributação das receitas decorrentes da locação de equipamentos, no valor de R\$435.512 em 31 de dezembro de 2016 (R\$477.037 em 31 de dezembro de 2015), do qual foi provisionado o valor de R\$287.511, relativo ao auto de infração lavrado pelo estado do Rio de Janeiro (R\$271.074 em 31 de dezembro de 2015). O valor remanescente é avaliado pela administração e seus consultores como possível de perda.

A controlada PMS possui autuação fiscal no valor atualizado de R\$713.317 em 31 de dezembro de 2016 (R\$667.942 em 31 de dezembro de 2015), referente ao ICMS sobre determinadas atividades, entendidas como não integrantes dos serviços de comunicação de dados. A probabilidade de perda desta causa é classificada como possível pela Administração e seus consultores jurídicos.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

A Claro possui ainda autuações fiscais decorrentes de crédito indevido de ICMS incidente sobre a energia elétrica utilizada como insumo em seus estabelecimentos operacionais, no valor de R\$395.831 em 31 de dezembro de 2016 (R\$405.196 em 31 de dezembro de 2015), são classificados como possíveis de perda por seus consultores jurídicos. Foi revertida a provisão no valor de R\$9.496 em 31 de dezembro de 2015 tendo em vista a revisão no prognóstico de perda.

b) CSLL/IRPJ

Em 31 de dezembro de 2016, a Claro e as suas controladas Star One e BrTel, possuem contingências fiscais de IRPJ e CSLL, no valor de R\$3.568.134 (R\$3.092.710 em 31 de dezembro de 2015), do qual foi provisionado o valor de R\$505.289 (R\$484.936 em 31 de dezembro de 2015). Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos:

A Claro possui exigência fiscal, oriunda da incorporada Embratel, relativa ao IRPJ e CSLL sobre as receitas decorrentes do tráfego entrante, no valor de R\$272.136 (R\$262.278 em 31 de dezembro de 2015), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como provável, tendo sido constituída provisão pelo valor integral.

A Claro possui contingência fiscal referente a exigência de IRPJ e a CSLL resultantes da amortização supostamente indevida do ágio pago em aquisições de investimentos, no montante de R\$1.944.297 em 31 de dezembro de 2016 (R\$1.651.416 em 31 de dezembro de 2015). A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda dessa causa.

A Claro possui contingência, oriunda da incorporada Embratel, decorrente de multa pela não entrega de arquivos magnéticos nos formatos previstos na Instrução Normativa nº 86/2001, no valor de R\$365.589 em 31 de dezembro de 2016 (R\$344.460 em 31 de dezembro de 2015). A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda desta causa.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

c) IRRF/CIDE

A Claro e as suas controladas, Star One e TdB possuem autuações fiscais de IRRF e CIDE no valor de R\$476.489 em 31 de dezembro de 2016 (R\$453.183 em 31 de dezembro de 2015), decorrentes, dentre outros, do suposto recolhimento a menor destes tributos sobre remessas efetuadas a operadoras estrangeiras a título de remuneração pelo completamento de chamadas internacionais no exterior (tráfego sainte). Deste montante, R\$12.737 em 31 de dezembro de 2016 (R\$11.441 em 31 de dezembro de 2015) são classificados como perdas prováveis e R\$463.752 em 31 de dezembro de 2016 (R\$441.742 em 31 de dezembro de 2015) são classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como perdas possíveis.

d) PIS/COFINS

A Claro e as suas controladas TdB e BrasilCenter possuem autuações de PIS e COFINS no valor de R\$4.633.987 em 31 de dezembro de 2016 (R\$3.861.544 em 31 de dezembro de 2015), do qual foi provisionado o valor de R\$2.972.265 (R\$2.346.238 em 31 de dezembro de 2015). Dentre as contingências de PIS e COFINS, destacamos:

A Claro possui contingências de PIS e COFINS que estão relacionadas principalmente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e receita de interconexão da base de cálculo do PIS e da COFINS, no valor de R\$2.954.500 em 31 de dezembro de 2016 (R\$2.322.355 em 31 de dezembro de 2015), tendo sido constituída provisão no valor integral da contingência.

A Claro possui ainda contingências fiscais relacionadas à glosas de créditos de PIS e COFINS apurados no regime não cumulativo, no valor de R\$1.317.133 em 31 de dezembro de 2016 (R\$1.008.384 em 31 de dezembro de 2015). Os consultores jurídicos da Companhia avaliam como possível a probabilidade de perda dessa causa.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

e) FUST/FUNTTEL

A Claro e as suas controladas PMS, TdB, BrTel e Star One possuem autuações da ANATEL relativas à exigência de FUST no valor de R\$2.382.943 atualizados em 31 de dezembro de 2016 (R\$2.267.409 em 31 de dezembro de 2015), principalmente em razão da exclusão de receitas e custos de interconexão da base de cálculo do FUST. A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como probabilidade de perda provável o montante de R\$1.924 atualizados em 31 de dezembro de 2016 e o restante como possível.

A Claro e as suas controladas, PMS, TdB, BrTel e Star One possuem ainda autuações fiscais do Ministério das Comunicações exigindo o recolhimento do FUNTTEL no valor de R\$863.470 em 31 de dezembro de 2016 (R\$751.673 em 31 de dezembro de 2015), principalmente em razão da exclusão de receitas e custos de interconexão da base de cálculo do FUNTTEL. A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como probabilidade de perda provável o montante de R\$962 atualizados em 31 de dezembro de 2016 e o restante como possível.

f) Saldo negativo de IRPJ e Base Negativa de CSLL

A Claro e as suas controladas Star One, PMS e TdB possuem contingências decorrentes de glosas de compensações de débitos de diversos tributos federais com créditos de Saldo Negativo de IRPJ e Base Negativa de CSLL, no valor de R\$336.040 em 31 de dezembro de 2016 (R\$284.785 em 31 de dezembro de 2015), tendo sido constituída provisão no montante de R\$130 em 31 de dezembro de 2016 (R\$117 em 31 de dezembro de 2015).

g) ISS

A Claro e suas controladas BrasilCenter e iMusica possuem contingências de ISS substancialmente decorrentes do não recolhimento do ISS sobre diversos serviços de telecomunicações, inclusive serviços de TV por assinatura, e outros serviços, considerados pela fiscalização como tributáveis pelo ISS. Em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$4.251 (R\$6.538 em 31 de dezembro de 2015) foi provisionado e R\$523.089 (R\$1.359.490 em 31 de dezembro de 2015) são classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis de perda.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

h) Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública - EBC

A Claro possui contingência relacionada à exigência da contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública no valor de R\$631.937 em 31 de dezembro de 2016 (R\$575.187 em 31 de dezembro de 2015), do qual foi provisionado o valor de R\$619.624 (R\$563.866 em 31 de dezembro de 2015).

i) Taxa de Fiscalização e Instalação ("TFI")

A Claro possui contingência referente ao não recolhimento da TFI supostamente devida em razão das renovações das licenças de direito de uso de radiofrequências no valor de R\$1.762.094 em 31 de dezembro de 2016 (R\$1.619.856 em 31 de dezembro de 2015). A Administração e seus consultores jurídicos da Companhia avaliam como possível a probabilidade de perda.

j) Outras contingências tributárias

A Claro possui contingência fiscal de IOF, em razão do não pagamento do referido imposto sobre operações de conta corrente mercantil entre empresas do mesmo grupo, provisionados no valor de R\$6.333 em 31 de dezembro de 2016 (R\$23.637 em 31 de dezembro de 2015).

A Claro e as suas controladas TdB, Star One e Reyc possuem outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo CPMF, ITR, IPI, IOF, II, Contribuições para o Senai e para o FGTS, multas na importação de mercadorias e outros no valor de R\$91.497 em 31 de dezembro de 2016 (R\$178.991 no consolidado em 31 de dezembro de 2015). Foi constituída provisão no valor de R\$24.001 nas controladas em 31 de dezembro de 2016 (R\$23.403 em 31 de dezembro de 2015).

15.1.2 Contingências regulatórias, cíveis, ambientais, trabalhistas e previdenciárias

Incluem diversas demandas cíveis, ambientais e trabalhistas, tendo sido contabilizada provisão conforme demonstrada anteriormente, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nesses processos.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Em relação às demandas regulatórias, no consolidado, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$2.072.113, sendo R\$854.736 provável e R\$1.217.377 possível (R\$905.455 provável e R\$1.375.533 possível, em 31 de dezembro de 2015).

Para as demandas cíveis, em 31 de dezembro de 2016, foi de R\$1.742.197, sendo R\$395.417 provável e R\$1.346.780 possível (R\$269.474 provável e R\$700.137 possível em 31 de dezembro de 2015).

Para as demandas ambientais foi de R\$200.605, R\$9.982 no provável e R\$190.623 no possível (R\$5.075 provável e R\$49.399 possível, em 31 de dezembro de 2015).

Para as demandas trabalhistas foi de R\$2.457.721, sendo R\$421.718 provável e R\$2.036.003 possível (R\$415.003 no provável e R\$1.207.163 no possível, em 31 de dezembro de 2015).

Em agosto de 2015, decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) afastou o uso da Taxa Referencial Diária (TRD) e determinou a adoção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), o que acarretaria, conforme avaliação de especialistas, um aumento aproximado de 40% dos valores contingenciados. No entanto, em decisão datada em 14 de outubro de 2015, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu liminar para suspender os efeitos da decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), motivo pelo qual as correções monetárias continuam sendo realizadas com base na Taxa Referencial Diária (TRD).

A Claro e as suas controladas PMS, BrasilCenter e Star One possuem contingências referentes à exigência de contribuições previdenciárias, no período de 1996 a 2013, no valor atualizado de R\$167.387 em 31 de dezembro de 2016 (R\$159.782 em 31 de dezembro de 2015), das quais R\$374 foram classificadas como perda provável (R\$344 em 31 de dezembro de 2015) e R\$167.013 (R\$159.438 em 31 de dezembro de 2015) foram classificadas como perda possível pela Administração e seus consultores jurídicos.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

15.1.2.1. Regulatórias

a) ANATEL - Encargos financeiros sobre o preço de outorgas

a.1) *Correção monetária*

Referem-se aos valores atualizados correspondentes à divergência entre os resultados obtidos pela ANATEL e pela Companhia na aplicação de correção monetária sobre os pagamentos das parcelas de algumas outorgas adquiridas, os quais estão sendo discutidos judicialmente. A Companhia calculou o montante da diferença com base em um método e indicadores específicos. Se forem utilizados outros métodos ou indicadores, o valor da indenização pode aumentar. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia constituiu provisão de R\$645.092 (R\$620.080 em 31 de dezembro de 2015) com risco provável.

a.2) *MMDS*

Em 16 de outubro de 2012, a Claro venceu a licitação pública 004/2012/PVC/SPV da ANATEL, adquirindo algumas subfaixas do espectro de rádio MMDS. O edital estabelecia a obrigação dos adquirentes de buscar acordos com as empresas de MMDS para os custos de substituição ou remanejamento para desocupação das subfaixas, nos termos do art. 12, da Resolução nº 544, de 11 de agosto de 2010.

Devido à impossibilidade de acordo com as empresas de MMDS, a Claro e outras empresas buscaram a ANATEL para mediar este conflito. A ANATEL fixou o montante de R\$104.674, para pagamento até dia 21 de julho de 2013. Em caso de atraso no pagamento, seriam acrescidos valores decorrentes da incidência de juros de 1% ao mês, sem prejuízo das sanções aplicáveis em decorrência da correção monetária pelo IGP-DI.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Em julho de 2013 a Claro entrou com ação judicial em desfavor da ANATEL e empresas de MMDS, por entender ilegal o ato da ANATEL, a fim de obter uma decisão judicial com a definição dos custos de substituição e remanejamento. Foi concedida a liminar para suspender a exigibilidade do ato da ANATEL em questão, que posteriormente foi revertida pelo Tribunal, que considerou o ato da ANATEL legal. Por esta razão em 06 de janeiro de 2014 a Claro efetuou o depósito judicial de R\$107.957, a fim de prosseguir com as discussões. A Claro apelou de tal decisão, que está pendente de julgamento. Informamos que durante o ano de 2016, a Claro e algumas empresas parte Ré realizaram acordo pondo fim às disputas objeto da Ação judicial em comento. Registramos que o referido acordo não implica reconhecimento de tese de uma parte à outra e cujos termos ainda se encontram pendente de homologação judicial. A Administração e seus consultores jurídicos avaliaram, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, como perda possível.

b) Pagamento do ônus pela prorrogação do contrato de concessão do STFC

Os Contratos de Concessão para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Longa Distância Nacional e Internacional, preveem o pagamento, a cada biênio, de ônus correspondente a 2% (dois por cento) da receita auferida pela Claro, nos termos dos contratos, durante o período de prorrogação.

Em decorrência de divergências com relação à definição da base de cálculo das receitas sobre as quais devem ser calculados os referidos pagamentos, a Claro possui contingências decorrentes de disputas judiciais tendo a Administração e seus consultores jurídicos avaliado, em 31 de dezembro de 2016, R\$21.710 como perda provável (R\$15.579 em 31 de dezembro de 2015) e R\$106.703 como perda possível (R\$95.016 em 31 de dezembro de 2015).

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Pagamento do ônus pela prorrogação do direito de uso de radiofrequências associadas à autorização do SMP

Os termos de autorização para uso das radiofrequências associadas ao serviço móvel pessoal (SMP) preveem o pagamento, a cada biênio, de ônus correspondente a 2% (dois por cento) da receita auferida pela Claro, nos termos dos respectivos termos de autorização, durante o período de prorrogação.

Em decorrência de divergências com relação à definição da base de cálculo das receitas sobre as quais devem ser calculados os referidos pagamentos, a Claro possui contingências decorrentes de disputas judiciais e administrativas tendo a Administração e seus consultores jurídicos avaliado, em 31 de dezembro de 2016, R\$146.701 (R\$184.155 em 31 de dezembro de 2015) como perda provável.

c) Implantação do novo sistema nacional de numeração telefônica

Em decorrência dos transtornos causados aos usuários do sistema de telefonia, ocorridos no âmbito das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações em 3 de julho de 1999, data da implantação do novo sistema nacional de numeração telefônica, a Claro possui contingências decorrentes de disputas judiciais no valor de R\$1.826 em 31 de dezembro de 2016 (R\$1.682 em 31 de dezembro de 2015), avaliadas pela Administração e seus consultores jurídicos como perda possível.

d) Processos Administrativos ou Judiciais por Descumprimento de Obrigações (PADO's)

Em decorrência do descumprimento de metas estabelecidas pela ANATEL, a agência instaurou processos administrativos, resultando em multas que estão sendo questionadas administrativa e judicialmente, tendo a Administração e seus consultores jurídicos avaliado em 31 de dezembro de 2016 o valor de R\$106.011 como perda provável e R\$1.108.848 como perda possível (R\$85.641 como perda provável e R\$953.296 como perda possível em 31 de dezembro de 2015).

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

e) Obrigações de Fazer referente ao Pado 2042/2010 (Bens Reversíveis)

No segundo semestre de 2015, a ANATEL aplicou multa de R\$9.840, classificada como possível pela Administração e seus consultores jurídicos, e fixou três obrigações a fazer para a Claro:

- Obrigação de depositar o valor de R\$869.528 em conta vinculada, até a definitiva aplicação dos recursos na concessão ou, no caso de ter havido substituição dos bens alienados, a diferença entre o preço de alienação e o valor da aquisição, no prazo de 180 dias contatos a partir da intimação da decisão. Este valor representa, na visão da ANATEL, os valores dos bens que, ano após ano, foram sendo retirados das listas de patrimônio que foram sendo sucessivamente informadas à ANATEL, a cada ano, sem justificativa para as supostas baixas;
- Obrigação de incluir, mediante aditamento específico, em todos os instrumentos firmados após o início da vigência do Regulamento de Bens Reversíveis que ainda estiverem vigentes, as cláusulas obrigatórias, conforme o caso, de indispensabilidade, de sub-rogação e de não oneração, no mesmo prazo de 180 dias;
- Obrigação de requerer, nas ações judiciais que estiverem em curso, a substituição de todos os bens reversíveis (imóveis ou não) onerados por determinação judicial, no prazo de 30 dias. A LGT e a regulamentação exigem que a oneração seja antecedida por anuência da ANATEL.

Tais decisões são objeto de recurso interposto na ANATEL, com requerimento de efeito suspensivo.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

15.1.2.2. Cíveis

a) Decreto (SAC)

Em 27 de julho de 2009, foi movida uma ação civil coletiva ajuizada pelo Ministério Público Federal e outros, em face da Claro, pleiteando indenização por danos morais coletivos, por alegado descumprimento de normas de proteção ao consumidor (art. 82, I e III da Lei 8.078/90), no que diz respeito às regras que disciplinam o Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) por telefone, regulamentado pelo Decreto 6.523/08. O valor envolvido é de R\$301.350 como perda possível. Em setembro de 2013, a Claro foi condenada ao pagamento de R\$30.000, a título de danos morais coletivos. A controladora, junto de seus assessores jurídicos, apresentou recurso em 16 de outubro de 2013, pendente de julgamento. A Administração e seus consultores jurídicos avaliou, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, como perda possível.

b) Disputa com terceiros

A Companhia possui contingências decorrentes de disputas judiciais com terceiros, tendo a Administração destas controladas e seus consultores jurídicos, avaliado em 31 de dezembro de 2016 R\$335.750 na controladora e R\$335.809 no consolidado como perda provável (R\$214.426 na controladora e R\$227.343 em 31 de dezembro de 2015), e em 31 de dezembro de 2016, R\$1.325.037 na controladora e R\$1.340.053 no consolidado como perda possível (R\$680.737 na controladora e R\$700.137 no consolidado em 31 de dezembro de 2015).

15.2. Provisão para desmantelamento de ativos

A Companhia mantém registrada provisão para obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos pelo seu valor presente, que consiste na capitalização dos custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros. A depreciação dos valores ativados é calculada com base na vida útil dos ativos. Esta capitalização tem como contrapartida uma provisão das obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos, descontada a valor presente de modo a refletir a melhor estimativa corrente.

Em 31 de dezembro de 2016, o montante registrado no ativo imobilizado na rubrica de infraestrutura, líquido da depreciação correspondente foi de R\$240.388 (R\$282.464 em 31 de dezembro de 2015). E o montante de R\$588.353 a crédito no passivo, na rubrica de outros passivos no não circulante (R\$609.737 em 31 de dezembro de 2015).

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2016, as obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos foram registradas pelo seu valor presente. As taxas de descontos utilizadas refletem a atual avaliação de mercado referente aos riscos específicos da Companhia. A taxa de desconto foi estimada com base na Selic, sendo 13,75% em 31 de dezembro de 2016 (14,25% em 31 de dezembro de 2015).

A movimentação da provisão para desmantelamento de ativos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldo inicial	609.737	530.016	609.737	530.016
Adição/variação monetária	(18.031)	83.194	(18.031)	83.194
Baixa	(3.353)	(3.473)	(3.353)	(3.473)
Total	588.353	609.737	588.353	609.737

16. Transações com partes relacionadas

16.1. Condições gerais

As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos acordados entre as partes, e seus principais saldos e valores estão descritos abaixo.

Certas transações (*cobilling*, longa distância, venda de equipamentos, *fees* referentes aos serviços prestados de consultoria de assistência técnica, administrativa e de vendas conforme contrato de prestação de serviços, taxa cobrada pelo uso da marca “Claro” e outros), por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

Conforme descrito na Nota 1 e Nota 11, a Companhia junto com as demais operadoras adquirentes da Radiofrequência na faixa de 700Mhz (através da leilão realizada em dezembro de 2014) constituíram em 2 de março de 2015 a Associação Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD).

Conforme descrito na Nota 17, a Claro e suas controladas Star One, PMS e TdB são patrocinadoras de planos de benefícios pós-empregos aos seus empregados junto a Telos - Fundação Embratel de Seguridade Social (“Telos”).

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Apresentamos, a seguir, um sumário dos saldos e das transações com partes relacionadas:

Natureza da transação	Controladora						
	2016		2015 (Reclassificado)		2016	2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita (despesa)	Receita (despesa)	
AMX Argentina	(a)	650.235	-	817.016	1.066	175.462	422.902
Comunicación Celular, S.A. ("Comcel")	(b)	86.681	-	100.681	-	305.329	414.396
Sercotel S.A. de C.V. ("Sercotel")		-	-	-	1.177.041	47.490	(131.294)
América Móvil		-	13.937	-	3.670.179	(201.181)	(2.502.599)
Claro Servicios Empresariales	(c)	-	875.930	-	1.488.100	(137.876)	(188.496)
Carso Global Telecom, S.A. de C.V.		-	-	-	2.343.344	(120.409)	(306.164)
Claro Chile	(d)	-	790.824	-	787.050	(13.437)	(57.543)
Amov I, S.A. de C.V.		-	-	-	3.967.581	244.974	(1.401.223)
Amov Finance B.V.	(e)	-	26.914.158	-	17.760.916	(3.044.330)	(1.717.203)
Telmex Colombia S.A.		21.942	710	22.135	-	64.322	64.555
Procosa do Brasil Projetos e Construções ("Procosa")		3.941	69.683	75.384	64.803	(166.966)	(72.257)
DLA, INC - Digital Latin America, LLC ("DLA")		-	139.457	-	162.321	(158.959)	(176.376)
HITSS do Brasil Serviços ("HITSS")		200	50.595	-	31.588	(79.249)	(51.821)
Telmex Latam		-	153.816	-	137.668	(17.631)	(19.846)
Cablena		31	10.063	-	698	(2.059)	(1.289)
Star One S.A. ("Star One")		61.402	132.153	63.708	-	(164.121)	-
Primesys Soluções Empresariais S.A. ("PMS")		155.221	56.518	68.000	-	79.919	-
Claro Corporate		32.500	-	149.495	-	-	-
Claropar		-	-	92.093	-	-	-
ATL Cayman		22.344	-	21.258	-	-	-
Consertel		-	-	-	791	-	(44)
Americel S.A.		172.408	-	-	-	(220.632)	-
BrasilCenter Comunicações Ltda.		8.180	16.913	-	-	(229.494)	-
Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. ("Tvsat")		411.102	371.307	320.955	-	90.522	(202.687)
Outras partes relacionadas		59.799	153.896	61.778	264.411	(18.399)	24.089
		1.685.986	29.749.960	1.792.503	31.857.557	(3.566.725)	(5.902.900)
Circulante		1.645.899	9.093.645	1.660.433	2.112.808		
Não circulante		40.087	20.656.315	132.070	29.744.749		

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Natureza da transação	Consolidado						
	2016		2015		2016	2015	
	Ativo	Passivo	(Reclassificado)		Receita (despesa)	Receita (despesa)	
AMX Argentina	(a)	650.235	-	817.016	1.066	175.462	422.902
Comunicación Celular, S.A. ("Comcel")	(b)	87.171	-	100.838	-	312.161	414.396
Sercotel		-	-	-	1.488.902	(62.460)	(236.525)
América Móvil		-	-	-	3.670.179	(201.181)	(2.502.599)
Claro Servicios Empresariales	(c)	-	875.930	-	1.488.100	(137.876)	(188.482)
Carso Global Telecom, S.A.de C.V.		-	-	-	2.343.344	(120.409)	(306.164)
Claro Chile	(d)	2.057	790.824	-	787.050	(1.985)	(57.543)
Amov I, S.A. de C.V.		-	-	-	3.967.581	(72.569)	(1.401.223)
Amov Finance	(e)	-	27.190.932	-	17.760.916	(3.065.694)	(1.717.203)
Telmex Colombia S.A.		21.942	710	22.135	-	64.322	64.555
Procisa do Brasil Projetos e Construções ("Procisa")		6.054	69.717	75.384	64.803	(166.956)	(71.674)
DLA, INC - Digital Latin America, LLC ("DLA")		-	139.457	-	162.321	(158.959)	(176.376)
HITSS do Brasil Serviços (" HITSS ")		219	54.475	-	33.533	(87.250)	(59.684)
Telmex Latam		-	153.816	-	137.668	(17.631)	(19.846)
Cablena		31	10.063	-	698	(2.059)	(1.289)
Claropar		-	-	92.093	-	-	-
Americel S.A.		171.996	40.088	-	-	(220.632)	-
Consertel		-	-	-	23.981	-	(68)
Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. ("Tvsat")		461.061	371.307	332.122	-	224.745	(122.167)
Outras partes relacionadas		46.055	81.681	20.097	186.934	29.664	27.633
		1.446.821	29.779.000	1.459.685	32.117.076	(3.509.307)	(5.931.357)
Circulante		1.446.821	8.863.501	1.367.592	2.071.812		
Não circulante		-	20.915.499	92.093	30.045.264		

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

- a) Em 07 de março de 2008, a Claro e a AMX Argentina, firmaram o contrato de licença para uso pela AMX Argentina de diversas marcas de propriedade da Claro, para uso da AMX Argentina no território argentino. O valor a ser cobrado é calculado com base em percentual da receita bruta auferida pela AMX Argentina durante os trimestres. O prazo deste contrato foi de cinco anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos.
- b) Refere-se a serviços de consultoria de assistência técnica, administrativa e de vendas, prestados pela Claro, conforme contratos de prestação de serviços e assistência técnica, com base em percentual calculado sobre as receitas operacionais das empresas assessoradas. Possuem vencimentos de 30 a 60 dias e não há incidência de encargos financeiros, incorrendo apenas atualização pela variação do dólar norte-americano. O prazo desses contratos é de um ano, renovável a cada término de vigência.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

As informações a seguir, referem-se a mútuo passivo. As principais informações destes instrumentos contratuais são:

<u>Empresa</u>	<u>Referência</u>	<u>Parte Relacionada</u>	<u>Taxas efetivas a.a.</u>	<u>Principal</u>	<u>Vencimento (*)</u>
Claro	(c)	Claro Servicios Empresariales	14,35%	R\$ 848.632	08 de outubro de 2017.
Claro	(d)	Claro Chile	11,35%	R\$ 477.122	29 de setembro de 2017.
Claro	(d)	Claro Comunicaciones	11,35%	R\$ 1.128	29 de setembro de 2017.
Claro	(d)	Claro Holding	11,35%	R\$ 20.750	29 de setembro de 2017.
Claro	(e)	Amov Finance BV	14,35%	R\$ 455.000	15 de maio de 2017.
Claro	(e)	Amov Finance BV	14,35%	R\$ 1.518.593	27 de agosto de 2017.
Claro	(e)	Amov Finance BV	11,35%	R\$ 1.141.801	29 de setembro de 2017.
Claro	(e)	Amov Finance BV	11,35%	R\$ 265.000	29 de setembro de 2017.
Claro	(e)	Amov Finance BV	13,15%	R\$ 2.462.000	30 de novembro de 2017.
TdB	(e)	Amov Finance BV	14,35%	R\$ 276.568	30 de dezembro de 2017.
Claro	(e)	Amov Finance BV	13,50%	R\$ 1.148.290	25 de março de 2018.
Claro	(e)	Amov Finance BV	13,50%	R\$ 958.720	30 de março de 2018.
Claro	(e)	Amov Finance BV	13,50%	R\$ 550.348	10 de abril de 2018.
Claro	(e)	Amov Finance BV	13,50%	R\$ 90.500	30 de abril de 2018.
Claro	(e)	Amov Finance BV	13,50%	R\$ 189.000	05 de junho de 2018.
Claro	(e)	Amov Finance BV	13,50%	R\$ 10.565.415	12 de setembro de 2019.
Claro	(e)	Amov Finance BV	13,50%	R\$ 3.150.395	12 de setembro de 2019.
Claro	(e)	Amov Finance BV	16,36%	R\$ 448.000	18 de março de 2022.
Claro	(e)	Amov Finance BV	14,35%	R\$ 3.491.286	30 de dezembro de 2023.

(*) Todos os contratos listados acima são sem garantias.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Em 2016, a Companhia adotou como estratégia, a não exposição da dívida ao risco cambial e a redução do seu nível de endividamento. Assim, ao longo do ano foram feitas as seguintes operações.

Em junho e setembro de 2016 a Companhia fez uma reestruturação da dívida com partes relacionadas alterando alguns credores, taxas de juros e moeda, conforme abaixo:

Valor do principal	Alteração de credor		Alteração da taxa de juros		Alteração da moeda	
	de:	Para:	de:	Para:	de:	Para:
R\$1.144.801	Sercotel	Amov Finance BV	11,35% a.a.	11,35% a.a.	R\$1.144.801	R\$1.144.801
US\$27.855.577	Sercotel	Amov Finance BV	Libor + 1,5% a.a.	14,35% a.a.	US\$27.855.577	R\$ 97.174
US\$52.000.000	Sercotel	Amov Finance BV	Libor + 1,55% a.a.	14,35% a.a.	US\$52.000.000	R\$ 181.394
R\$457.000	América Móvil	Amov Finance BV	CDI + 1,08%	14,35% a.a.	R\$457.000	R\$457.000
R\$2.466.451	América Móvil	Amov Finance BV	13,15% a.a.	13,15% a.a.	R\$2.466.451	R\$2.466.451
R\$268.000	América Móvil	Amov Finance BV	11,35% a.a.	11,35% a.a.	R\$268.000	R\$268.000
R\$848.632	Claro Servicios Empresariales	Claro Servicios Empresariales	CDI + 1,4%	14,35% a.a.	R\$848.632	R\$848.632
R\$1.522.593	Carso Global	Amov Finance BV	CDI + 1%	14,35% a.a.	R\$1.522.593	R\$1.522.593
US\$1.002.260.509	Amov I	Amov Finance BV	Libor + 3,5% a.a.	14,35% a.a.	US\$1.002.260.509	R\$3.496.286
R\$477.122	Claro Chile	Claro Chile (1)	11,35% a.a.	11,35% a.a.	R\$477.122	R\$477.122
R\$1.128	Claro Chile	Claro Comunicaciones (1)	11,35% a.a.	11,35% a.a.	R\$1.128	R\$1.128
R\$20.750	Claro Chile	Claro Holding (1)	11,35% a.a.	11,35% a.a.	R\$20.750	R\$20.750

(1) Grupo Claro Chile.

De março a dezembro de 2016, a Companhia fez a liquidação parcial antecipada do principal de alguns contratos, num total de R\$2.822.014, e em janeiro de 2016 a Companhia liquidou principal e juros do contrato de empréstimo no valor de R\$405.821, taxa de juros 14,86% a.a. cujo vencimento era 21 de janeiro de 2016.

Além dos juros devidos em 2016, a Companhia antecipou também a liquidação de parcelas de juros de alguns contratos, visando adequar o seu Fluxo de Caixa para 2017. O valor total líquido de juros pagos ao longo do ano foi de R\$3.504.734.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

16.2. Remuneração dos administradores

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Salário	9.340	6.796	10.922	9.191
Benefícios diretos e indiretos	1.185	2.631	1.256	2.740
Participação nos resultados	9.449	6.333	9.966	7.292
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	903	-	903
Outros	798	894	798	1.180
Total	20.772	17.557	22.942	21.306

17. Passivo atuarial

Demonstrativo de movimentação do passivo atuarial, na controladora e no consolidado:

	Consolidado	
	2016	2015
Saldo inicial	802.231	864.102
Outros resultados abrangentes	296.173	(110.119)
Atualizações atuariais	3.703	5.157
Custos dos serviços e juros, líquidos	95.827	97.176
Pagamentos efetuados	(62.512)	(54.085)
Saldo final	1.135.422	802.231
Circulante	20.029	21.886
Não circulante	1.115.393	780.345

A Claro e suas controladas Star One, PMS e TdB são patrocinadoras de planos de benefícios pós-empregos aos seus empregados, quais sejam: (i) Plano de Benefício Definido (“PBD”) e Plano de Assistência Médica (“AMAP”) para os aposentados participantes do PBD: A Claro; (ii) Plano de Contribuição Variável (“PCV”): A Claro e suas controladas Star One, PMS e TdB; (iii) Plano de saúde: A Claro; e (iv) Plano Gerador de Benefício Livre (“PGBL”): A Claro.

A Claro oferece plano de saúde a seus empregados, que representa um passivo atuarial no desligamento ou aposentadoria em função lei 9.656/98, que garante a continuidade, temporária ou vitalícia, dependendo do tempo de contribuição e se enquadram como benefícios pós-emprego.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

À exceção dos planos de saúde oferecidos aos atuais empregados, os demais planos de benefícios previdenciários e de assistência médica, mencionados acima, constituem-se nos únicos benefícios pós-emprego concedidos aos empregados.

Por conta das obrigações com o AMAP e plano de saúde, a Claro possui obrigações, no passivo não circulante, que somavam R\$1.109.398 em 31 de dezembro de 2016. O montante de contribuições projetadas para o AMAP no exercício de 2017 é de R\$58.161.

Em 30 de abril de 2014, foi aprovada pela Superintendência de Previdência Complementar do Ministério de Previdência Social ("PREVIC"), a alteração do regulamento do PBD e publicada no Diário Oficial no dia 2 de maio de 2014. A alteração regulamentar, aprovada também pelo Conselho Deliberativo da Telos e com a anuência das patrocinadoras, consiste na exclusão de uma das fontes de custeio do mesmo, ou seja, a eliminação da contribuição mensal dos assistidos, tendo em vista a existência de Reserva Especial (montante decorrente do resultado superavitário, para revisão do plano de benefícios, de acordo com o art. 8º da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008), bem como da elaboração de estudo atuarial que constatou a possibilidade de não mais haver a contribuição mensal dos assistidos sem que isso cause qualquer impacto ao plano.

A taxa de contribuição da patrocinadora referente ao antigo plano PBD para o exercício de 2016 é de 17,53%, incidente sobre o salário dos participantes ativos deste plano.

Em 31 de dezembro de 2016 a posição consolidada de participantes do PBD era: 3 ativos, 3.305 aposentados e pensionistas.

A Claro oferecia aos seus funcionários a possibilidade de participar do plano de previdência privada do tipo PGBL, por intermédio do Icatu Hartford até 30 de abril de 2009, que administrava os fundos de investimentos.

A partir de 1º de maio de 2009, a ITAÚPREV passou a ser a administradora do Plano de Previdência Privada Complementar. Os valores que dizem respeito à parte da Companhia já foram integralmente transferidos. As reservas dos associados ou ex-associados que não fizeram a opção de portabilidade, continuam com os seus valores no Icatu Hartford.

A partir de 1º de janeiro de 2015 foi implantado o novo Plano de Previdência Privada junto à Telos, entidade fechada de previdência privada, e pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo sede e foro no Rio de Janeiro. O plano da ITAUPREV está mantido somente para aqueles já inscritos até 31 de dezembro de 2014.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

O PCV foi instituído pela Telos, revisto pelo Governo Federal e aprovado em 19 de novembro de 1998. A modalidade do plano é variável e a contribuição da patrocinadora para participantes inscritos antes de 31 de outubro de 2014 é de 3% a 8% e para inscritos após esta data é de 1% a 7% do salário aplicável do participante (mesmo percentual de contribuição do empregado sobre o salário base, livremente escolhido pelo participante), além da contribuição extraordinária prevista no regulamento do plano para financiamento das despesas administrativas e do saldo de conta projetada, para benefícios nos casos de incapacidade e morte do participante em atividade.

Em 1º de setembro de 1999, foi assinado o termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, firmado entre a incorporada Embratel e a Telos e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar. Pelas cláusulas do termo, a insuficiência atuarial reconhecida em favor da Telos deve ser paga no prazo máximo de 20 anos, com base no fluxo mensal de concessão de benefícios aos funcionários assistidos pelo PCV. O saldo da dívida deste termo é reajustado mensalmente com base no maior valor entre o retorno dos ativos da carteira da Telos no mês de referência e a meta atuarial. O referido valor do passivo junto a Telos, atualizado para 31 de dezembro de 2016, monta à importância de R\$26.024, sendo R\$20.029 no circulante e R\$5.995 no não circulante.

Em 12 de agosto de 2014, foi aprovado pela PREVIC - Superintendência de Previdência Complementar do Ministério de Previdência Social o novo regulamento do PCV, que entrou em vigor a partir do dia 01 de novembro de 2014.

As regras então vigentes estarão resguardadas para todos os participantes inscritos no PCV até o dia 31 de outubro de 2014, bem como os patrocinadores manterão todas as obrigações previstas no respectivo Estatuto e Regulamento.

Em 31 de dezembro de 2016 a posição consolidada de participantes do PCV era: 6.143 ativos, 269 com benefício proporcional diferido e 1.959 aposentados e pensionistas. O montante de contribuições projetadas para o exercício de 2017 é de R\$10.540.

O valor do principal é pago no mês em que o participante se aposenta, se torna inválido, falece, resgata ou porta recursos do plano.

Os compromissos assumidos com benefícios pós-emprego são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, pelo atuário externo, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a Empregados.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Segue abaixo o saldo dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, da controladora e consolidado:

Ativo (passivo) de benefícios	31/12/2016	
	AMAP e plano de saúde	PBD
Valor presente das obrigações atuariais	(1.114.257)	(2.073.069)
Valor justo dos ativos	4.859	3.186.590
Superávit (déficit) do plano	(1.109.398)	1.113.521
Efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irrecuperável)	-	(1.113.521)
Total do passivo atuarial	(1.109.398)	-

Seguem as movimentações da obrigação referente aos planos:

	31/12/2016	
	AMAP e plano de saúde	PBD
Saldo inicial	(775.315)	(1.735.536)
Custo do serviço corrente	(1.977)	27
Custo dos juros	(94.619)	(207.454)
Contribuições dos participantes do plano	-	(12)
Ganho/perdas atuariais	(243.231)	(130.094)
Benefícios pagos para ativos do plano	885	-
Saldo final	(1.114.257)	(2.073.069)

Seguem as movimentações do valor justo dos ativos referente aos planos:

	31/12/2016	
	AMAP e plano de saúde	PBD
Saldo inicial	4.513	2.830.091
Rendimentos sobre ativos do plano	772	345.045
Retorno dos ativos do plano superior (inferior) a taxa de desconto	(2.100)	189.719
Contribuições da patrocinadora	53.404	24
Contribuições dos participantes do plano	-	12
Benefícios pagos	(51.730)	(178.301)
Saldo final	4.859	3.186.590

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Seguem as movimentações do efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irrecuperável):

	<u>31/12/2016</u>
	<u>PBD</u>
Saldo inicial	(1.094.553)
Rendimentos sobre ativos do plano, líquido	(137.585)
Efeito da restrição dos ativos do plano do período	118.617
Saldo final	<u>(1.113.521)</u>

Na tabela abaixo, apresenta-se o fluxo de caixa projetado para as obrigações dos seguintes planos:

Ano	AMAP e plano de saúde	PBD
2017	56.355	185.057
2018	63.809	190.907
2019	71.784	196.586
2020	80.128	202.110
2021	88.895	207.252
2022 a 2026	578.671	1.101.918

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, para os planos são:

	<u>31/12/2016</u>	
	<u>AMAP e plano de saúde</u>	<u>PBD</u>
Custo do serviço corrente	(1.977)	(27)
Juros líquido passivo (ativo)	(93.847)	(6)
	<u>(95.824)</u>	<u>(33)</u>

Segue abaixo o saldo dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, referente ao plano PCV:

Ativo (passivo) benefícios	<u>31/12/2016</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Valor presente das obrigações atuariais	(1.451.253)	(1.467.617)
Valor justo dos ativos	1.977.281	1.996.814
Superávit (déficit) do plano	526.028	529.197
Efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irrecuperável)	(526.028)	(529.197)
Plano de benefício ativo, líquido	-	-
Dívida contratada	(26.024)	(26.024)
Total do passivo atuarial	<u>(26.024)</u>	<u>(26.024)</u>

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Seguem as movimentações da obrigação referente ao plano PCV:

	31/12/2016	
	Controladora	Consolidado
Saldo inicial	(1.169.035)	(1.180.649)
Custo do serviço corrente	(603)	(632)
Custo dos juros	(139.686)	(141.066)
Ganho/perdas atuariais	(257.584)	(262.202)
Benefícios pagos para ativos do plano	115.655	116.932
Saldo final	(1.451.253)	(1.467.617)

Seguem as movimentações do valor justo dos ativos referente ao plano PCV:

	31/12/2016	
	Controladora	Consolidado
Saldo inicial	1.768.525	1.784.985
Rendimentos sobre ativos do plano	215.816	217.808
Retorno dos ativos do plano superior (inferior) a taxa de desconto	98.593	100.914
Contribuições da patrocinadora	10.002	10.039
Benefícios pagos	(115.655)	(116.932)
Saldo final	1.977.281	1.996.814

Seguem as movimentações do efeito da restrição dos ativos do plano PCV (superávit irre recuperável):

	31/12/2016	
	Controladora	Consolidado
Saldo inicial	(599.490)	(604.318)
Rendimentos sobre ativos do plano, líquido	(75.356)	(75.963)
Efeito da restrição dos ativos do plano do período	148.818	151.082
Saldo final	(526.028)	(529.199)

Na tabela abaixo, apresenta-se o fluxo de caixa projetado para as obrigações do plano PCV:

Ano	Controladora	Consolidado
2017	128.625	130.197
2018	133.388	135.004
2019	138.167	139.825
2020	142.933	144.634
2021	147.657	149.397
2022 a 2026	804.642	813.828

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, para o plano PCV são:

	31/12/2016	
	Controladora	Consolidado
Custo do serviço corrente	(603)	(632)
Juros líquido passivo (ativo)	774	779
	171	147

Principais premissas atuariais utilizadas:

a) Fatores econômicos

(i) Taxa de desconto	10,84% a.a.
(ii) Taxa anual de inflação a longo prazo	4,85% a.a.
(iii) Crescimento dos custos médicos	6,35% a 11,35% a.a.
(iv) Crescimento dos custos médicos por faixa etária	4,00% a.a.
(v) Custo médico (máximo) anual, aos 65 anos de idade	R\$9.210(1)
(1) Baseado na experiência do plano com participantes aposentados nos exercícios de 2014 a 2016.	

b) Fatores biométricos

(i) Tábua de mortalidade geral	AT-2000 (2)
(ii) Tábua de mortalidade de inválidos	PBD AMAP e plano de saúde: CSO 80 e PCV: CSO 58
(iii) Tábua de entrada em invalidez	UP 84 Modificada (2)
(iv) Rotatividade	Nula
(2) Tábuas específicas por sexo.	

Análise de sensibilidade

As principais premissas ponderadas utilizadas para a análise de sensibilidade do saldo das obrigações dos planos, são como seguem:

Mortalidade	PCV: Mudança de tábua PBD e AMAP e plano de saúde: 1 ano de crescimento da expectativa de vida
Taxa de desconto	Crescimento/redução de 1%
Crescimento dos custos médicos	Crescimento/redução de 1%

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

As análises de sensibilidade, apresentadas, baseiam-se em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as demais:

Plano de benefícios	Controladora		Custos médicos	
	Taxa de desconto			
	+ 1%	- 1%	+ 1%	- 1%
PBD	1.933.868	(2.233.093)	-	-
AMAP e plano de saúde	1.002.997	(1.247.559)	1.245.053	(1.003.524)
PCV	1.355.339	(1.593.548)	-	-

Plano de benefícios	Consolidado		Custos médicos	
	Taxa de desconto			
	+ 1%	- 1%	+ 1%	- 1%
PBD	1.933.868	(2.233.093)	-	-
AMAP e plano de saúde	1.002.997	(1.247.559)	(1.245.053)	(1.003.524)
PCV	1.355.339	(1.594.548)	-	-

A natureza dos investimentos dos planos, no consolidado, está alocada como segue:

	31/12/2016		
	AMAP	PBD	PCV
Ações	-	3,80%	3,1%
Fundos de investimento	100,00%	89,80%	96,00%
Investimentos imobiliários	-	6,10%	0,90%
Outros	-	0,30%	-
	100,00%	100,00%	100,00%

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 20 de junho de 2016 foi deliberado Assembleia Geral Extraordinária um aumento de capital da Companhia no montante de R\$170.043, o aumento de capital foi subscrito e integralizado a vista pela acionista Claropar com créditos de titularidade com a Americel S.A., decorrentes de dividendos e de juros sobre capital próprio.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Em 29 de janeiro de 2016 foi deliberado em reunião do Conselho de Administração o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$6.050.838 em espécie, mediante emissão de um total de 33.574.727 novas ações, sendo 26.527.784 ações ordinárias e 7.046.943 ações preferenciais. Tendo a Claropar R\$4.780.838 em espécie mediante emissão de 26.527.783 ações, sendo 26.499.359 ações ordinárias e 28.424 ações preferenciais e pela acionista Telmex Solutions o montante de R\$1.270.000 em espécie mediante emissão de 7.046.943 ações, sendo 28.424 ordinárias e 7.018.519 preferenciais. As ações emitidas foram totalmente subscritas.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2015, a Companhia aprovou o cancelamento das 635.938 ações, sendo 272.790 ações ordinárias e 363.148 ações preferenciais, com redução do capital social em R\$344.355. O capital social passou de R\$12.043.002 para R\$11.698.647, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 49.615.409 ações, sendo 16.477.659 ações ordinárias e 33.137.750 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 28 de dezembro de 2015 houve aumento de capital de R\$797.115 passando o capital social da Companhia de R\$11.698.646, para R\$12.495.762, o aumento do capital foi integralizado à vista por meio de créditos detidos pelo acionista Claropar contra a Companhia, no valor de R\$789.000 e de parcela da reserva especial de ágio da Companhia no montante de R\$8.115, realizada em proveito exclusivo da acionista controladora da Companhia, nos termos da instrução CVM nº 319/99.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito da Companhia na controladora e consolidado, foi de R\$18.716.643, composto por ações nominativas e sem valor nominal, dividido em 88.476.957 sendo 48.292.264 ações ordinárias e 40.184.693 ações preferenciais.

b) Reserva de capital

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia baixou R\$17.797, onde R\$8.115 foi integralizado no Capital Social e R\$9.681 foi utilizado para redução do prejuízo acumulado.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

19. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita Bruta de bens e serviços	43.909.936	45.762.924	45.249.761	46.855.632
Deduções de vendas:				
Tributos/descontos/devoluções	(12.494.343)	(12.924.800)	(12.770.945)	(13.160.249)
Receita operacional, líquida	31.415.593	32.838.124	32.478.816	33.695.383

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

20. Custos e despesas por natureza

As demonstrações dos resultados da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(19.942.494)	(20.400.945)	(20.519.242)	(20.765.869)
Despesas com comerciais	(7.090.895)	(7.109.885)	(7.170.133)	(7.136.992)
Despesas gerais e administrativas	(3.708.053)	(3.522.887)	(3.787.202)	(3.584.303)
Outras receitas operacionais, líquidas	578.815	491.501	634.411	474.218
	(30.162.627)	(30.542.216)	(30.842.166)	(31.012.946)
Serviços de terceiros	(7.060.550)	(7.665.593)	(6.906.564)	(7.478.865)
Depreciação e amortização	(7.099.923)	(6.857.468)	(7.406.205)	(7.063.554)
Mão de obra própria	(3.442.803)	(3.523.757)	(3.810.672)	(3.850.595)
Interconexão	(2.240.921)	(3.075.966)	(2.240.794)	(3.102.451)
Canais de conteúdo	(3.554.786)	(3.628.575)	(3.680.206)	(3.665.548)
Custo dos aparelhos e acessórios vendidos	(1.352.102)	(1.645.730)	(1.358.503)	(1.642.514)
Taxas e contribuições	(1.519.674)	(1.571.437)	(1.543.500)	(1.588.509)
Aluguéis	(1.008.155)	(879.167)	(1.038.116)	(887.290)
Publicidade	(1.093.728)	(1.112.603)	(1.097.801)	(1.112.603)
Perdas e créditos de liquidação duvidosa (1)	(1.138.652)	(1.041.551)	(1.148.654)	(1.047.683)
Outras receitas (custos e despesas), líquidas	(651.333)	459.631	(611.151)	426.666
	(30.162.627)	(30.542.216)	(30.842.166)	(31.012.946)

(1) Compreende, também, outras perdas com o contas a receber.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

21. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras				
Receitas com operações financeiras	446.095	339.871	455.154	174.520
Variações cambiais - contas ativas	534.339	404.864	564.983	416.047
Variações monetárias - contas ativas	36.968	-	36.968	70
	1.017.402	744.735	1.057.105	590.637
Despesas financeiras				
Despesas com operações financeiras e juros	(4.432.281)	(4.222.572)	(4.470.294)	(4.061.900)
Variações cambiais - contas passivas	(135.140)	(3.736.214)	(127.361)	(3.881.445)
Variações monetárias - contas passivas	(215.265)	(64.275)	(225.958)	(65.594)
	(4.782.686)	(8.023.061)	(4.823.613)	(8.008.939)
	(3.765.284)	(7.278.326)	(3.766.508)	(7.418.302)

22. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Corrente				
Imposto de renda	-	(200.423)	(17.228)	(207.689)
Contribuição social	-	(7.046)	(6.023)	(9.682)
	-	(207.469)	(23.251)	(217.371)
Diferidos				
Imposto de renda	545.281	1.028.251	483.913	1.005.880
Contribuição social	196.301	378.146	171.422	315.847
	741.582	1.406.397	655.335	1.321.727
	741.582	1.198.928	632.084	1.104.356

Algumas controladas da Companhia possuem créditos fiscais no montante total de R\$268.498 em 31 de dezembro de 2016 (R\$224.857 em 31 de dezembro de 2015), que não foram reconhecidos pelo fato de não possuírem perspectivas de realização futura.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.239.627)	(4.831.749)	(2.129.907)	(4.736.879)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	761.473	1.642.795	724.168	1.610.538
Ajustes para cálculo do crédito tributário:				
Equivalência patrimonial	93.669	51.227	(17)	(345)
Perdas com recebíveis	(13.851)	(8.555)	(13.851)	(8.555)
Multas indedutíveis	(1.707)	(6.433)	(1.778)	(6.433)
Juros sobre capital próprio	(26.994)	(26.859)	31	-
Ajustes da Lei nº 11.638/2007	-	(3.485)	-	(3.485)
Excesso de juros	(766)	(252.340)	(766)	(252.340)
Patrocínios não dedutíveis	(6.247)	(4.221)	(6.247)	(4.221)
Prejuízos fiscais não constituídos contabilmente	-	-	(2.665)	(15.730)
Baixa de crédito IR exterior	-	(141.279)	-	(141.279)
Provisão de créditos em análise (IRRF Exterior 2007 e 2011)	-	(59.144)	-	(59.144)
Crédito de períodos anteriores reconhecido (revertido) no exercício	19.174	19.458	20.126	2.192
Preço de transferência	(25.160)	-	(25.160)	-
Outros ajustes permanentes	(58.009)	(12.236)	(61.757)	(16.842)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido do exercício	741.582	1.198.928	632.084	1.104.356
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(207.469)	(23.251)	(217.371)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	741.582	1.406.397	655.335	1.321.727
Imposto de renda e contribuição social do exercício	741.582	1.198.928	632.084	1.104.356
Taxa efetiva			29,7%	23,3%

23. Instrumentos financeiros

Os saldos das contas a receber e a pagar registrados no circulante aproximam-se dos valores de mercado, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos e/ou indexação a taxas de juros de mercado ou índices de correção monetária. As aplicações financeiras estão atualizadas de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras, sem expectativa de geração de perda para a Companhia e suas controladas. Os saldos de mútuos com partes relacionadas aproximam-se do seu valor justo e estão registrados de acordo com as taxas pactuadas com as contrapartes.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos financeiros consolidados registrados em 31 de dezembro de 2016, em contas patrimoniais cujo valor justo difere do contábil:

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Consolidado			
	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor de mercado
Debêntures	Nível 2	185.876	177.893

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia e suas controladas podem ser assim apresentados:

a) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos e emissão de notas promissórias. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	Consolidado	
	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	50.507	533.531
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(695.308)	(4.940.675)
Endividamento líquido	644.801	4.407.144
Patrimônio líquido	14.259.634	9.718.884
	4,52%	45,35%

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

b) Risco de taxa de câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio.

Na data de encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes riscos:

Risco de queda do dólar

Cenário I - Provável	Dólar - 5%:	R\$	3,0961
Cenário II	Dólar - 25%:	R\$	2,4443
Cenário III	Dólar - 50%:	R\$	1,6296

Risco de alta do dólar

Cenário I	Dólar + 5%:	R\$	3,4221
Cenário II	Dólar + 25%:	R\$	4,0739
Cenário III	Dólar + 50%:	R\$	4,8887

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras, consolidadas:

Operação	Posição em 31/12/2016	Ganho/(perda)		
		Cenário I provável	Cenário II	Cenário III
Queda do US\$				
Fornecedores	(638.780)	31.939	159.695	319.390
Outros(Ativos-Passivos)	46.993	(2.350)	(11.748)	(23.496)
Total		29.589	147.947	295.894
Alta do US\$				
Fornecedores	(638.780)	(31.939)	(159.695)	(319.390)
Outros(Ativos-Passivos)	46.993	2.350	11.748	23.496
Total		(29.589)	(147.947)	(295.894)

c) Risco da taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

A Companhia e suas controladas não têm pactuados contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

d) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, revendedores de aparelhos celulares (“*dealers*”) e distribuidores de cartões pré-pago.

A ANATEL requer que o serviço de telefonia celular esteja disponível a todos os interessados independentemente da renda e da ordem em que sejam recebidas as inscrições.

O risco de crédito com relação às contas a receber de serviços de telefonia móvel celular é diversificado. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas realizam análise de crédito, para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência e monitora as contas a receber de assinantes, interrompendo a capacidade de originar chamadas, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos, de acordo com as normas da ANATEL.

A política de vendas de aparelhos e distribuição de cartões pré-pagos da Companhia e suas controladas estão intimamente associadas ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. Com respeito a lojistas e distribuidores, a Companhia e suas controladas mantém limites de crédito individuais, com base em análise de potencial de venda, histórico de risco e inadimplência.

A seletividade de seus clientes, diversificação de sua carteira de recebíveis e o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites de posição são procedimentos que a Companhia e suas controladas adotam a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de seus parceiros comerciais.

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pelo risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas. A tabela abaixo demonstra a estimativa dos pagamentos contratuais da dívida de longo prazo existente em 31 de dezembro de 2016:

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

<u>Ano</u>	<u>Controladora/Consolidado</u>
2018	161.307
2019	54.517
até 2021	35.146
	<u>250.970</u>

A Companhia estrutura os vencimentos das dívidas de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

f) Garantias

Com relação às operações de Finame, os próprios equipamentos financiados se constituem em garantias fiduciárias.

24. Compromissos

Os compromissos consolidados são como seguem:

<u>Anos/Períodos</u>	<u>Controladora</u>				
	<u>Manutenção de equipamentos</u>	<u>Direito de uso (1)</u>	<u>Locações e aluguéis</u>	<u>Capex</u>	<u>Total</u>
2017	56.729	170.339	478.765	954.008	1.659.841
2018 a 2021	-	681.354	1.702.384	-	2.383.738
2022 a 2026	-	851.693	1.854.002	-	2.705.695
	<u>56.729</u>	<u>1.703.386</u>	<u>4.035.151</u>	<u>954.008</u>	<u>6.749.274</u>

<u>Anos/Períodos</u>	<u>Consolidado</u>				
	<u>Manutenção de equipamentos</u>	<u>Direito de uso (1)</u>	<u>Locações e aluguéis</u>	<u>Capex</u>	<u>Total</u>
2017	89.095	170.812	480.429	985.714	1.726.050
2018 a 2021	377	688.924	1.702.384	-	2.391.685
2022 a 2026	-	856.424	1.854.002	-	2.710.426
	<u>89.472</u>	<u>1.716.160</u>	<u>4.036.815</u>	<u>985.714</u>	<u>6.828.161</u>

1) Compreende aluguéis de faixas de terras ou postes por onde passam a rede de cabos tanto na área urbana, quanto em rotas de longa distância.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

25. Seguros

A Companhia e suas controladas adotam política de manutenção de seguros em níveis que a Administração considera adequados para cobrir os eventuais riscos, abrangendo todas as perdas ou danos materiais causados aos seus ativos. Devido às características de operações multilocalizadas, a Administração contrata seguro com o conceito de limite máximo provável em um mesmo evento, para o qual mantém cobertura contra riscos operacionais (incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos-vendavais/raios/enchentes). A apólice de seguro é única e engloba todas as empresas do grupo América Móvil Brasil, que a Companhia faz parte, sendo o limite máximo de indenização de, aproximadamente, R\$1.116.955 para todas as empresas do grupo.

26. Garantias

A Companhia e suas controladas firmaram cartas de fiança e contratos de seguro, com a finalidade de garantir, principalmente, o pagamento de ações fiscais, cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 6.988.572 na controladora e R\$7.137.187 no consolidado em 31 de dezembro de 2016 (R\$9.866.677 na controladora e R\$9.942.583 no consolidado em 31 de dezembro de 2015).

27. Eventos subsequentes

a) Pagamento parcial das licenças 700 MHz

Em 31 de janeiro de 2017, a Companhia efetuou o pagamento no montante de R\$858.991 à EAD, referente a 2ª e 3ª parcelas do leilão de faixas de frequência de 700 MHz nacionais para a prestação do SMP, realizado pela ANATEL em dezembro de 2014 (nota 1 e 11). Para o pagamento a controlada Claro contratou um empréstimo que foi liquidado em 3 de março de 2017.

b) Incorporação BrTel

Em AGE realizada em 24 de fevereiro de 2017 pela Companhia foi aprovada a incorporação da BrTel. A incorporação está inserida em um projeto de redução de custos operacionais e unificação de esforços gerenciais, associada a um redimensionamento da estrutura operacional. Como resultado desta incorporação, a empresa incorporada foi extinta de pleno direito, e a Companhia tornou-se sucessora em direitos e obrigações, inclusive assumindo todas as autorizações expedidas pela ANATEL para a prestação de serviços de telecomunicações anteriormente em favor da empresa incorporada.

Claro S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

c) Emissão de Debêntures

Em 3 de março de 2017, a Companhia fez a 4ª emissão de debêntures, série única, o valor total de R\$600.000. Foram emitidas 60.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10.000 com vencimento em 12 de setembro de 2017. Os recursos obtidos serão integralmente utilizados para o reperfilamento de passivos da Companhia e o saldo remanescente para outros fins corporativos.